

acredita

no primeiro passo



Programa Acredita no Primeiro Passo:

Oportunidade para um Brasil
Mais Justo por Meio da Inclusão
Socioeconômica



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Expediente

Wellington Dias

**MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA
E COMBATE À FOME**

Luiz Carlos Everton de Farias

**SECRETÁRIO DE INCLUSÃO
SOCIOECONÔMICA**

Alison Ramon Santos e Silva

DIRETOR DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO

Saumineo da Silva Nascimento

**DIRETOR DE APOIO A INSERÇÃO
NO TRABALHO**

Allisson Beserra Bacelar

**CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Esplanada dos Ministérios

Bloco A – 5º andar

70054-906 - Brasília/DF

Revisão

Emilly Boaventura Moraes

Projeto gráfico e diagramação

Gabrielle Stoiani

Produção Gráfica

Gabriela Gonçalves de Oliveira

FOTOGRAFIAS:

ASCOM/MDS

Apoio

Fundação Getúlio Vargas

Sumário



Expediente	3
Sumário	4
Introdução	8
1. O que é o programa Acredita no Primeiro Passo?	10
1.1 Por que foi criado? O desafio da inclusão produtiva no Brasil	12
1.2 Quem pode participar? O público-alvo e os critérios de acesso	13
1.3 O que o programa oferece? Capacitação, crédito, suporte ao empreendedor e acesso ao mercado de trabalho	14
2. A realidade que motivou o programa	16
2.1 O cenário do empreendedorismo no Brasil: oportunidades e desafios	19
2.2 O mercado de trabalho e suas barreiras: dificuldades enfrentadas por grupos em vulnerabilidade	26
2.3 O impacto da informalidade e da falta de capacitação: como esses fatores dificultam a geração de renda	32
2.4 O papel das políticas públicas na inclusão produtiva: o que já existe e onde o Acredita no Primeiro Passo se encaixa	36
3. Como o programa funciona na prática?	40
3.1 Passo a passo para participar: do cadastro ao acompanhamento	41
3.2 Capacitação e formação empreendedora: como o programa prepara seus participantes para abrir um negócio	44
3.3 Acesso ao crédito e suporte financeiro: o que muda com o Acredita no Primeiro Passo	45
3.4 Empregabilidade e conexão com o mercado de trabalho: parcerias com empresas, qualificação profissional e incentivo à contratação de beneficiários	48
3.5 Histórias reais de transformação: Exemplos de pessoas que já estão mudando de vida	49

4. O que fundamenta o programa? 52

4.1 As leis e políticas que garantem sua execução 53

4.2 Marco Lógico do programa 54

4.3 Exemplos bem-sucedidos no Brasil e no mundo. 56

4.3.1 Políticas de Proteção Social e Trabalho 56

4.3.2 Estudos sobre Apoio a Microempreendedores 60

4.4 A importância da capacitação para o sucesso do
empreendedorismo e da empregabilidade 72

5. Impacto e futuro do programa. 74

5.1 Como ele será avaliado? Critérios para medir seus resultados . . 75

5.2 Como ele pode crescer?

Expansão e integração com outras políticas públicas 77

5.3 O papel da sociedade e do setor privado:
como todos podem contribuir para o sucesso da iniciativa 78

Referências 80

INTRODUÇÃO

A inclusão socioeconômica é um dos grandes desafios enfrentados pelo Brasil na atualidade. Milhões de brasileiros, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, encontram dificuldades para acessar oportunidades de emprego digno ou empreender com sucesso. A informalidade, a falta de capacitação adequada, restrições de acesso ao crédito e outras barreiras do mercado de trabalho são entraves significativos para a geração de renda e o desenvolvimento social. Diante desse cenário, surgem iniciativas que buscam criar caminhos para a autonomia financeira e a melhoria da qualidade de vida da população mais necessitada.

O Programa Acredita no Primeiro Passo foi concebido como uma resposta concreta a esse desafio. Sua proposta é oferecer um conjunto de ações integradas que possibilitam a capacitação, o acesso ao crédito, o suporte ao empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho. Complementar aos programas socioassistenciais, ele se estrutura como uma política ativa de promoção da inclusão socioeconômica, incentivando a autossuficiência dos beneficiários e contribuindo para o crescimento econômico do país.

Ao longo deste documento, serão apresentadas as motivações para a criação do programa, as dificuldades enfrentadas por empreendedores e trabalhadores em condição de vulnerabilidade, bem como as soluções propostas pelo Acredita no Primeiro Passo. Serão detalhadas as diretrizes que orientam sua implementação, seus impactos esperados e as perspectivas futuras para sua expansão.

Com base em experiências nacionais e internacionais, e respaldado por políticas públicas bem-sucedidas voltadas à inclusão socioeconômica, este programa visa transformar vidas. Para isso, o programa busca promover o acesso à educação empreendedora, facilitando conexões com o mercado e fortalecendo a economia por meio do desenvolvimento de negócios e oportunidades de emprego. Acreditar no primeiro passo é essencial para que os indivíduos e a sociedade trilhem um caminho mais promissor rumo à estabilidade econômica e social. Dito isso, este documento aborda como o Programa Acredita no Primeiro Passo pode fazer a diferença no Brasil, proporcionando oportunidades reais para aqueles que mais precisam.



1.

O que é o programa Acredita no Primeiro Passo?

acredita
no primeiro passo



O Programa Acredita no Primeiro Passo é uma iniciativa do Governo Federal instituída pela Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, com o objetivo de promover a inclusão socioeconômica e reduzir a exclusão no Brasil. O Acredita no Primeiro Passo é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e tem como foco a promoção da autonomia das famílias por meio do aumento da renda. O programa busca enfrentar desafios estruturais do mercado de trabalho brasileiro, valorizando o emprego e impulsionando as capacidades empreendedoras da população mais vulnerável.

Estruturado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios, organizações públicas, empregadores e a sociedade civil, o programa busca criar oportunidades para que cidadãos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) possam melhorar sua renda e conquistar maior autonomia financeira. Por meio de ações integradas, o programa viabiliza qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e apoio ao empreendedorismo, além de facilitar o acesso ao microcrédito produtivo orientado e à estruturação de negócios sustentáveis. Sua proposta está alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente aqueles voltados para a redução da desigualdade e o combate à pobreza, promovendo oportunidades econômicas para grupos em situação de vulnerabilidade.

A **Figura 1** mostra como o Programa Acredita no Primeiro Passo estrutura suas ações em três eixos principais: acesso ao emprego, qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo. No primeiro eixo, o programa facilita a inclusão no mercado de trabalho por meio da intermediação de mão de obra, do mapeamento de oportunidades e da articulação com setores público e privado para ampliar a oferta de vagas. No eixo de qualificação profissional, busca preparar trabalhadores e empreendedores para o mundo do trabalho, promovendo capacitação técnica, elevação da escolaridade, aprendizagem e orientação profissional. Já no eixo de apoio ao empreendedorismo, o programa incentiva a estruturação de negócios, oferece assistência técnica e gerencial, estimula a educação empreendedora e financeira e amplia o acesso ao microcrédito garantido, fortalecendo o desenvolvimento de pequenos negócios e arranjos produtivos.

Figura 1: Eixos do Programa Acredita no Primeiro Passo



Fonte: FGV a partir de informações do MDS, 2025.

1.1 Por que foi criado?

O desafio da inclusão produtiva no Brasil

O Brasil enfrenta desafios estruturais significativos quando se trata de inclusão socioeconômica, refletidos em altas taxas de informalidade, desemprego persistente e dificuldades de acesso a qualificações e financiamento. A informalidade no mercado de trabalho atinge uma parcela significativa da população, que, em grande parte, ocupa vagas sem acesso à proteção social, com baixos salários e uma previsibilidade limitada de geração de renda. Além disso, fatores como a baixa escolaridade e as desigualdades de gênero e raça dificultam ainda mais a mobilidade social e a conquista da autonomia financeira para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Há ainda uma série de obstáculos enfrentados por potenciais empreendedores na base de pirâmide social, dentre elas destacam-se as dificuldades relacionadas à falta de capacitação, a complexidade burocrática do sistema legal, as limitações no acesso e alto custo do microcrédito produtivo, e a escassez de garantias financeiras. A ausência de uma diferenciação clara entre o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo de negócio também limita o sucesso de muitos empreendedores em potencial, pois muitos acabam se arriscando no mercado por falta de alternativas, sem a preparação necessária para sustentar seus negócios a longo prazo.

O Programa Acredita no Primeiro Passo foi criado justamente para enfrentar esses desafios, com o objetivo de promover a inclusão socioeconômica das

pessoas em situação de vulnerabilidade por meio da oferta de oportunidades de qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho formal e incentivo ao empreendedorismo sustentável. Em um contexto de transformações no mercado de trabalho, impulsionado por inovações tecnológicas e novos formatos de ocupação, a qualificação constante da força de trabalho torna-se fundamental para assegurar que os trabalhadores e empreendedores brasileiros estejam preparados para as demandas do mercado.

Com uma abordagem integrada, o programa articula ações entre diferentes esferas do governo, setor privado e sociedade civil, oferecendo uma solução efetiva para os principais entraves enfrentados pela população mais vulnerável. Ao estruturar suas iniciativas em três eixos principais – acesso ao emprego, capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo – o Acredita no Primeiro Passo não só amplia as oportunidades de geração de renda, mas também cria condições para a sustentabilidade econômica e social das famílias beneficiadas.

Além disso, o programa busca superar a falta de integração das políticas públicas voltadas à inclusão socioeconômica, reunindo qualificação, microcrédito e inserção no mercado de trabalho de forma articulada. O Acredita no Primeiro Passo, portanto, não apenas responde aos desafios imediatos de geração de emprego e renda, mas também visa criar uma base sólida para a autonomia financeira das famílias, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

1.2 Quem pode participar?

O público-alvo e os critérios de acesso

O Programa Acredita no Primeiro Passo é destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com inscrição ativa no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O público-alvo do programa inclui cidadãos com ênfase na inclusão de grupos historicamente marginalizados e em maior condição de vulnerabilidade social. Entre esses grupos prioritários estão pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas.

Para acessar o programa, é necessário que os participantes possuam o CadÚnico atualizado, o que assegura que estão devidamente registrados em sistemas de apoio social do Governo Federal, uma vez que este cadastro serve

como uma ferramenta essencial para focalizar as pessoas mais necessitadas e garantir que as políticas públicas cheguem a quem de fato mais precisa. Vale mencionar que a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, que instituiu o programa, determina que as ações devem ser direcionadas, sobretudo, a regiões de alta vulnerabilidade socioeconômica, como áreas rurais, periferias urbanas e comunidades tradicionais.

O Acredita no Primeiro Passo tem, portanto, um foco claro na promoção da igualdade de oportunidades, visando superar as barreiras históricas de acesso ao mercado de trabalho e a recursos financeiros e produtivos. Ou seja, o programa prioriza aqueles que, além da vulnerabilidade socioeconômica imediata, enfrentam desafios adicionais, como discriminação racial, de gênero ou falta de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Por meio de parcerias estratégicas, o programa oferece acesso a cursos de qualificação profissional, oportunidades de emprego e apoio ao empreendedorismo. Ele também proporciona uma estrutura de apoio que inclui assistência técnica e financeira, por meio do agente estruturador de negócios, bem como oferta de microcrédito produtivo orientado, fazendo do Acredita no Primeiro Passo uma ferramenta fundamental para ajudar os grupos vulneráveis a superarem a exclusão social e conquistarem autonomia socioeconômica e produtiva.

1.3 O que o programa oferece?

Capacitação, crédito, suporte ao empreendedor e
acesso ao mercado de trabalho

O Programa Acredita no Primeiro Passo oferece uma série de serviços e ações voltadas para promover a inclusão produtiva, reduzir a exclusão socioeconômica e garantir o acesso a oportunidades de emprego e geração de renda. Por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, o programa beneficia cidadãos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com foco em capacitação profissional, apoio ao empreendedorismo e facilitação do ingresso no mercado de trabalho.

Acesso ao Emprego: o programa facilita a inclusão no mercado de trabalho por meio de ações de intermediação de mão de obra, mapeamento de oportunidades e parcerias com grandes empresas. Seu objetivo é direcionar vagas de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade, criando uma rede de inclusão socioeconômica. Além disso, o Acredita no Primeiro Passo oferece

suporte na elaboração de currículos e no processo seletivo, facilitando a inserção dos cidadãos no mercado de trabalho.

Qualificação Profissional: para aumentar a empregabilidade, o programa disponibiliza também cursos gratuitos de qualificação profissional, educação financeira e empreendedorismo, em colaboração com instituições de ensino como Institutos Federais, Universidades e outras entidades públicas e privadas. Essas iniciativas buscam ampliar as oportunidades de trabalho e fortalecer o empreendedorismo, preparando os cidadãos para os desafios do mercado.

Apoio ao Empreendedorismo: o Acredita no Primeiro Passo oferece apoio contínuo a empreendedores inscritos no CadÚnico, tanto os que já possuem negócios quanto aqueles que desejam iniciar um empreendimento. O programa inclui a oferta de cursos e o acesso ao microcrédito produtivo orientado, com condições facilitadas, como juros reduzidos e prazos mais acessíveis. Para minimizar riscos e melhorar as condições de crédito, foi criado o Fundo Garantidor de Operações (FGO), que cobre 100% das operações de crédito. Ainda, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das operações de crédito devem ser contratadas por mulheres ou por empreendimentos de mulheres, fazendo com que o programa atue diretamente sobre a redução das desigualdades de gênero no Brasil. Além disso, disponibiliza apoio técnico por meio de estruturadores de negócios, que auxiliam na elaboração de planos de negócios sustentáveis e acompanham os empreendedores ao longo do processo de acesso e aplicação dos recursos.

Com essas ações integradas, o Programa Acredita no Primeiro Passo facilita a inclusão no mercado de trabalho, fortalece o empreendedorismo e promove a autonomia financeira, contribuindo significativamente para a superação das desigualdades socioeconômicas das pessoas mais vulneráveis. Além disso, os parceiros do programa desempenham um papel fundamental na ampliação de seu alcance, incentivando a adesão e buscando novas parcerias para fortalecer a rede de apoio. O programa também facilita o acesso a serviços financeiros e fornece dados importantes sobre vagas de emprego e cursos gratuitos, promovendo uma articulação eficiente com o setor privado para aumentar as oportunidades de trabalho e de geração de renda para os participantes.

2.

**A realidade que
motivou o programa**

acredita
no primeiro passo



O Programa Acredita no Primeiro Passo começou a ser elaborado, em 2023, por meio da conversão da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, para a Lei nº 14.600, de 23 de junho de 2023, que oficializou a criação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Dentro da estrutura do MDS, a Secretaria de Inclusão Socioeconômica (SISEC) é a responsável por planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de promoção da inclusão social e econômica.

Ao longo das últimas três décadas diversas políticas públicas foram desenvolvidas com a finalidade de mitigar a pobreza e as desigualdades sociais que existem no Brasil. Algumas delas sendo muito exitosas, como o Programa Bolsa Família. Fato é que em 2024, aproximadamente 1,3 milhão de famílias que tinham direito ao Bolsa Família melhoraram suas condições socioeconômicas, superando meio salário mínimo de renda *per capita* e deixando o programa de transferência de renda do Governo Federal. Esse movimento é atribuído a fatores como crescimento econômico e valorização do salário mínimo, bem como iniciativas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo nos últimos anos.

Contudo, ainda existe um grande contingente de pessoas em condição de vulnerabilidade social, com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e crédito para empreender. Em janeiro de 2025, por exemplo, mais de 93 milhões de pessoas estavam inscritas no CadÚnico, sendo que 52% delas residiam em domicílios cuja renda não ultrapassava R\$ 218 reais *per capita*¹ e 24,2% era enquadrada como baixa renda. Portanto, 76,2% (cerca de 71,7 milhões) dos inscritos residiam em domicílios cuja renda familiar *per capita* não ultrapassava ½ salário mínimo. Esses níveis de renda familiar são insuficientes para suprir satisfatoriamente as principais despesas das famílias, tais como com alimentação, moradia, educação e saúde. Considerando a população total do Brasil,

.....

1 Informações retiradas do portal CECAD (<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>) no dia 14 de março de 2025 referentes a janeiro de 2025. A definição de Pobreza 1 engloba pessoas que residiam em domicílios cuja renda familiar *per capita* não ultrapassava R\$ 109. Já a condição de Pobreza 2 diz respeito as pessoas cuja com renda familiar *per capita* está entre R\$ 109 a R\$ 218. O conceito de baixa renda do CadÚnico engloba pessoas com renda familiar *per capita* entre R\$ 208 e ½ salário-mínimo.

que atingiu 217 milhões no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2025², cerca de 43% dos brasileiros estão no Cadastro Único.

O combate à pobreza e a desigualdade de renda permanece um desafio, pois são dois problemas complexos, que envolvem uma gama de fatores sociais e econômicos inter-relacionados. A escolaridade, por exemplo, é um elemento essencial para a empregabilidade e determinação dos salários dos indivíduos, principalmente em um contexto de novas tecnologias emergindo no mercado de trabalho. Em estudo recente, Pizzinelli *et al.* (2023) mostram que os trabalhadores com ensino superior ganham mais e têm uma probabilidade maior de se adaptar aos avanços da inteligência artificial, enquanto os trabalhadores com pouca escolaridade formal têm maiores chances de serem substituídos por máquinas. Como as pessoas em condição de vulnerabilidade geralmente possuem menos anos de estudo formal do que o restante da população, isso pode influenciar diretamente sua empregabilidade e comprometer sua inserção no mercado formal.

Nesse contexto, dentre os 35 milhões de inscritos no Cadastro Único com idade entre 16 e 64 anos, residindo no meio urbano e com cadastro atualizado nos últimos 24 meses, apenas de 3,5% (1,2 milhão) tem ensino superior completo ou mais. Além disso, cerca de 7,5 milhões (21%) dessa população trabalham por conta própria (bico ou autônomo). Isso revela que no país existem muitos trabalhadores em condições socioeconômicas desfavoráveis com potencial para o empreendedorismo. Dada a baixa escolaridade dos grupos mais vulneráveis, há uma necessidade crítica de programas educacionais e de capacitações para se aumentar o potencial de empregabilidade e de empreendedor dessas pessoas.

Por meio do empreendedorismo, muitos brasileiros podem se inserir no mercado de trabalho, abrir seu próprio negócio, obter renda e melhorar suas condições de vida. Isso não significa, no entanto, que os desafios para a inserção da população vulnerável no mercado de trabalho são todos superados. Ainda há predominância de trabalhadores por conta própria informais, que muitas vezes não sabem como formalizar ou gerenciar seu próprio negócio. Muitos têm dificuldade de acessar crédito devido à falta de garantias, às taxas de juros elevadas e à invisibilidade financeira. Também falta conhecimento sobre estratégias de marketing, vendas e como precificar os produtos e serviços.

Esses obstáculos impedem muitos empreendedores de baixa renda de desenvolverem seus negócios e melhorarem suas condições de vida. Diante desse cenário, o Programa Acredita no Primeiro Passo surge como uma iniciativa

.....

2 PNAD Contínua Mensal do IBGE. Trimestre móvel novembro-dezembro-janeiro.

fundamental para superar a exclusão socioeconômica e promover a autonomia das famílias inscritas no CadÚnico por meio do empreendedorismo e da qualificação para o trabalho.

Nas subseções a seguir, apresentamos uma análise detalhada de temas essenciais para a compreensão do contexto da inclusão produtiva no Brasil. Primeiro, discutimos o cenário do empreendedorismo no país, destacando as oportunidades e desafios enfrentados pelos empreendedores. Em seguida, exploramos as barreiras do mercado de trabalho, com foco nas dificuldades que atingem grupos em situação de vulnerabilidade. Também abordamos o impacto da informalidade e da falta de capacitação, evidenciando como esses fatores limitam a geração de renda. Por fim, examinamos o papel das políticas públicas na inclusão produtiva, identificando as iniciativas já existentes e contextualizando onde o Programa Acredita no Primeiro Passo se insere nesse panorama.

2.1 O cenário do empreendedorismo no Brasil: oportunidades e desafios

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), o empreendedorismo consiste em qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento (formal ou informal), seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Para Ahmad e Seymour (2008), os empreendedores são aqueles donos de negócios que buscam gerar valor por meio da criação ou expansão de alguma atividade econômica, identificando e explorando novos produtos e serviços.

O empreendedorismo é um instrumento importante para fomentar inovações, geração de empregos, aumento da produtividade e elevação da competitividade. Esses elementos contribuem para o fortalecimento da economia e crescimento da renda do país, beneficiando direta e indiretamente toda a sociedade.

A **Tabela 2.1.1** mostra que ao final do 3º quadrimestre de 2024 existiam cerca de 22 milhões de empresas ativas no Brasil, das quais mais da metade (53%) eram microempreendedores individuais. Além disso, de todas as empresas abertas no 3º quadrimestre de 2024, 72,7% foram na categoria microempreendedor individual. Em outras palavras, a cada dez empresas abertas no último quadrimestre de 2024, sete foram MEI.

Tabela 2.1.1: Estoque de empresas ativas e abertura de empresas no Brasil. 3º quadrimestre de 2024.

Tipo de Empresa	Empresas Ativas		Empresas Abertas	
	Quantidade	Composição	Quantidade	Composição
Empresário Individual (Incluindo microempreendedor individual)	14.431.057	65,6%	1.015.679	76,1%
Microempreendedor individual	11.670.355	53,0%	970.581	72,7%
Demais empresários individuais	2.760.702	12,5%	45.098	3,4%
Sociedade Empresa Limitada	7.250.262	32,9%	310.977	23,3%
Sociedade Anônima	199.371	0,9%	4.676	0,4%
Cooperativa	38.343	0,2%	690	0,1%
Demais tipos de empresas	85.810	0,4%	2.208	0,2%
Total	22.004.843	100,0%	1334230	100,0%

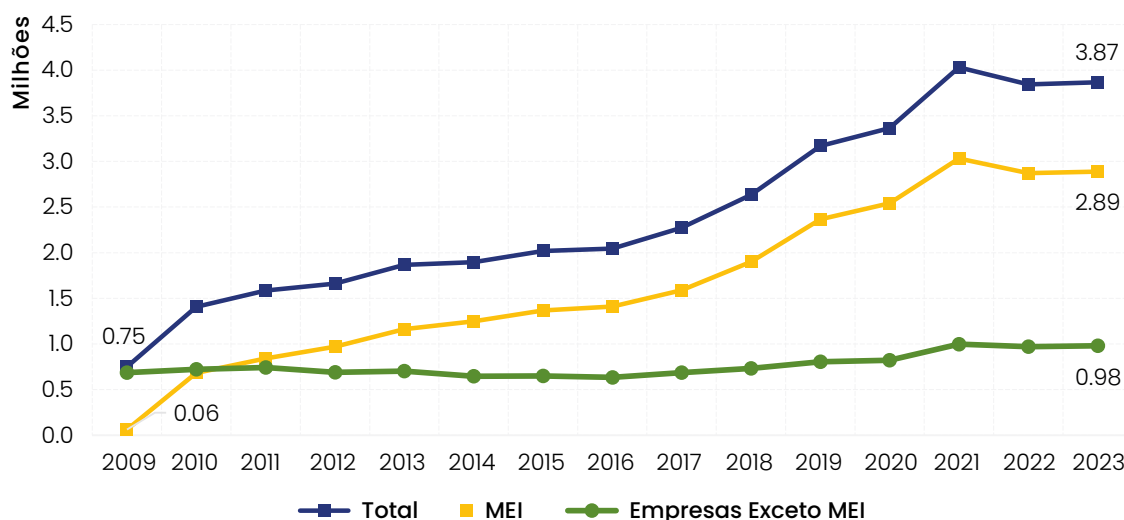
Fonte: FGV com base nas informações do boletim do 3º quadrimestre do mapa das empresas do Governo Federal.

Analisando um período mais longo de tempo, na **Figura 2.1.1**, se observa que nos últimos quinze anos a dinâmica da abertura de empresas no Brasil passou a ser cada vez mais determinada pela dinâmica dos novos MEIs. Observa-se que entre os anos de 2009 e 2019, as demais categorias permaneceram relativamente estáveis enquanto a abertura de novos MEIs passou a registrar recordes ano após ano.

O MEI foi criado em 2008, tendo como um dos seus principais objetivos combater a informalidade dos pequenos negócios, garantir direito a seguridade social e fomentar o microempreendedorismo. Desde então a quantidade de novos MEIs cresceu de forma contínua ao longo do tempo. Em 2009 foram abertas 63 mil MEIs, representando 8,4% de todas as empresas abertas naquele ano. Já em 2019 esse número aumentou para 2,5 milhões e sua participação cresceu para 74,6%.

Considerando o período de 2009 a 2023, nota-se que a quantidade de novos MEIs, atingiu seu pico, 3,03 milhões, em 2021, durante o segundo ano da pandemia da Covid 19, mas voltou à sua tendência nos anos subsequentes. Nos últimos cinco anos, de cada quatro novos negócios que passaram a ter inscrição no CNPJ, três eram microempreendedores individuais.

Figura 2.1.1: Evolução do número de empresas abertas no Brasil. 2009–2023.



Fonte: FGV com base nos dados disponíveis no painel do Mapa das Empresas.

O Brasil possui um ambiente empreendedor dinâmico e diverso, impulsionado tanto por oportunidades de inovação quanto pela necessidade de geração de renda diante das instabilidades econômicas. O país se destaca pela criatividade e resiliência de seus empreendedores, contando com um ecossistema que inclui startups inovadoras, micro e pequenas empresas e negócios informais que movimentam as economias locais. Nesse contexto, abrir o próprio negócio ainda faz parte dos sonhos de muitos brasileiros. De acordo com a pesquisa da GEM de 2023, cerca de 48% dos entrevistados manifestaram o desejo de ter seu próprio negócio no futuro.

Contudo, empreender e ter seu próprio negócio formal ainda pode ser bastante desafiador, principalmente para as pessoas em condição de vulnerabilidade. De acordo com o levantamento realizado pelo Sebrae e o MDS, cerca de 29,8% (4,65 milhões) dos MEIs, ativos, suspensos ou inaptos, estavam no CadÚnico em 2023. Esses 4,65 milhões de MEI representam 7,4% de todos os indivíduos com cadastros ativos no CadÚnico. Em relação ao PBF, cerca de 52,3% (2,43 milhões) de todos os MEIs que estão no CadÚnico participam do programa. Vale ressaltar que muitos empreendedores de baixa renda podem estar fora dessas estatísticas por serem autônomos sem inscrição no CNPJ, gerindo seus negócios na informalidade e desprovidos de qualquer tipo de seguridade social.

A seguir, apresentamos as principais oportunidades e desafios para que pessoas em situação de vulnerabilidade possam empreender de forma sustentável, estabelecendo negócios formais e financeiramente saudáveis, e, assim, superando a condição de pobreza.

Oportunidades

Simplificação na abertura de empresas: na última década diversas ações foram realizadas no Brasil para simplificar procedimentos de documentação, licenciamento e autorizações das empresas. O Portal do Empreendedor e o Redesim são bons exemplos de ações simplificadoras. Esses portais facilitaram o processo e reduziram o tempo de abertura das empresas. A desburocratização do ambiente de negócios reduz os encargos iniciais para os empreendedores e acelera o acesso ao mercado, permitindo que as empresas se dediquem ao crescimento e à inovação, em vez de se perderem em complexidades regulatórias. A redução da burocracia não só incentiva a criação de novos negócios, mas também aumenta o nível de sobrevivência das empresas existentes, tornando o ambiente empresarial mais dinâmico.

Facilidade no acesso à informação: o custo de obter informação tem diminuído consideravelmente com o avanço da internet e das tecnologias digitais. Atualmente, as pessoas conseguem acessar mais facilmente informações sobre qualquer tópico na internet. Além disso, os órgãos governamentais e o próprio setor privado têm investido na produção de conteúdo (vídeos e textos) sobre o universo do empreendedorismo. No portal do empreendedor e do Sebrae, por exemplo, é possível acessar uma série de vídeos e cursos que ensinam como abrir, gerir e desenvolver estratégias de marketing do seu negócio. Também já é possível acompanhar estatísticas sobre o empreendedorismo no Brasil por meio dos estudos desenvolvidos e divulgados pelo MDS, IBGE, Sebrae, Mapa das Empresas, entre outros.

Identificação das pessoas vulneráveis: o CadÚnico contém um amplo conjunto de informações referentes a milhões de pessoas de baixa renda, sendo um instrumento importantíssimo de política pública para a população mais carente do Brasil. Trata-se de um registro administrativo que possibilita

a identificação detalhada dessas pessoas pelo poder público. Ou seja, aqueles que muitas vezes estão invisíveis para a sociedade passam a ser vistos pelo poder público e podem ter acesso aos programas e ações sociais. Com o CadÚnico, as políticas públicas que visam ampliar e fortalecer os pequenos negócios e o microempreendedorismo entre os mais vulneráveis podem se tornar mais focalizadas e consequentemente com maiores chances de sucesso.

Redução dos custos de formalização para o empreendedor: a política do MEI possibilitou que tanto aqueles que querem empreender como aqueles que já trabalham por conta própria, e que tem faturamento bruto de até R\$ 81 mil reais, possa formalizar seu negócio por meio de um procedimento simplificado, com inscrição imediata no CNPJ e gratuito. Além disso, o MEI possui cobertura previdenciária, com uma contribuição mensal de 5% do salário mínimo vigente para o MEI geral. Os tributos (INSS + ICMS ou ISS) são recolhidos em conjunto por uma única guia. Essa estrutura do MEI incentiva a abertura de microempresas e reduz a evasão fiscal.

Digitalização dos Negócios e Tecnologia Financeira: a digitalização dos negócios e o avanço da tecnologia financeira no Brasil têm proporcionado novas oportunidades para os empreendedores de baixa renda. Plataformas de e-commerce, redes sociais e aplicativos de pagamento permitem que pequenos negócios alcancem um público maior sem a necessidade de grandes investimentos. Além disso, *fintechs* e bancos digitais oferecem soluções financeiras acessíveis, como contas sem taxas, maquininhas de cartão a preços reduzidos e linhas de crédito mais flexíveis. Essas inovações ajudam os microempreendedores a superarem barreiras tradicionais e facilitam a formalização e o crescimento dos negócios.

Mercado Consumidor: o Brasil é um país de dimensões continentais e com um grande contingente de consumidores em potencial. Portanto, há uma diversidade de mercados que podem ter demanda reprimida e que necessitam de inovações e lançamentos de novos produtos e serviços. Para explorar e lucrar com os novos mercados potenciais é necessário estar atento aos avanços tecnológicos que estão em curso e que ainda virão, as necessidades dos consumidores e aos movimentos da economia. O mapeamento adequado de novos mercados pode trazer crescimento dos negócios e aumento da competitividade.

Em suma, a combinação de desburocratização, acesso facilitado à informação, identificação de públicos vulneráveis, redução dos custos de formalização, digitalização dos negócios e um mercado consumidor amplo cria um ambiente mais favorável ao empreendedorismo no Brasil. Essas iniciativas não apenas incentivam a criação de novos negócios, mas também fortalecem os já existentes, permitindo que empreendedores superem desafios estruturais e alcancem maior competitividade. Dessa forma, ao reduzir barreiras e oferecer suporte estratégico, o país avança na construção de um cenário empresarial mais dinâmico, inclusivo e propício ao crescimento sustentável.

Desafios

O ambiente de negócios no Brasil tem melhorado, mas ainda há vários obstáculos que dificultam a formalização e o crescimento do empreendedorismo. Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a complexidade do sistema tributário, a dificuldade de acesso ao crédito, a baixa escolaridade, e a falta de capacitação, conforme apresentado abaixo:

Complexidade do sistema tributário brasileiro: o sistema tributário brasileiro é considerado um dos mais complexos do mundo, o que representa uma grande barreira para pequenos empreendedores. A carga tributária elevada e a grande quantidade de impostos exigem conhecimento especializado para garantir o cumprimento das obrigações fiscais. Para quem está iniciando um negócio e não pode contar com a ajuda de um contador, entender as normas e realizar o pagamento correto dos tributos pode ser um grande desafio. Muitas vezes, isso leva empreendedores a trabalhar na informalidade, limitando suas oportunidades de crescimento e acesso a benefícios como crédito e proteção legal.

Dificuldade de acesso ao Crédito: os bancos e instituições financeiras frequentemente exigem garantias e comprovação de renda formal, critérios que muitas vezes não são atendidos por quem está começando um pequeno negócio. Como resultado, muitos empreendedores recorrem a empréstimos

informais com juros elevados ou dependem exclusivamente de seus próprios recursos, o que limita a capacidade de investimento e crescimento do empreendimento. Embora existam iniciativas públicas e privadas voltadas para o microcrédito, a burocracia e a falta de informação dificultam o acesso desses recursos.

Baixa escolaridade: a baixa escolaridade também é um fator que impacta negativamente o sucesso dos empreendedores de baixa renda. Muitos enfrentam dificuldades em gestão financeira, planejamento estratégico e uso de tecnologias para otimizar seus negócios. Sem uma base educacional sólida, torna-se mais difícil compreender conceitos fundamentais como precificação, fluxo de caixa e marketing digital, que são essenciais para a competitividade no mercado atual. Além disso, a falta de formação adequada pode reduzir a confiança do empreendedor na busca por capacitação e formalização do seu negócio.

Necessidade de Capacitação: a capacitação é um elemento essencial para o sucesso de qualquer negócio, mas muitos empreendedores de baixa renda não têm acesso a treinamentos adequados. A falta de conhecimento em gestão, vendas, atendimento ao cliente e uso de ferramentas digitais pode comprometer a competitividade e a sustentabilidade do empreendimento. Além disso, a dificuldade em aprender novas habilidades impede a adaptação às mudanças do mercado, dificultando a inovação e o crescimento do negócio. Investir em programas de capacitação acessíveis e voltados para a realidade desses empreendedores é fundamental para fortalecer seus negócios e garantir sua permanência no mercado.

Os desafios enfrentados pelos empreendedores de baixa renda no Brasil são significativos e exigem medidas para tornar o ambiente de negócios mais acessível. A ampliação da educação empreendedora, facilitação do acesso ao crédito e investimentos em capacitação são fundamentais para que mais pessoas possam transformar suas ideias em negócios sustentáveis e geradores de renda. Fortalecer o empreendedorismo entre as camadas mais vulneráveis da população pode ser um caminho eficaz para reduzir a desigualdade social e fomentar o desenvolvimento econômico do país.

2.2 O mercado de trabalho e suas barreiras: dificuldades enfrentadas por grupos em vulnerabilidade

O mercado de trabalho brasileiro possui desigualdades significativas, com os grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentando indicadores de inserção, desemprego e informalidade piores do que a média nacional.

Para compreender melhor essas disparidades, é fundamental analisar os dados do mercado de trabalho por faixas de renda média domiciliar per capita, extraídos dos microdados do suplemento anual de todas as fontes de renda da PNAD Contínua do ano de 2023³, focando em indivíduos de 16 a 64 anos. Para criar as faixas de Renda Domiciliar Per Capita (RDPC), foram considerados os rendimentos de todas as fontes dos domicílios.

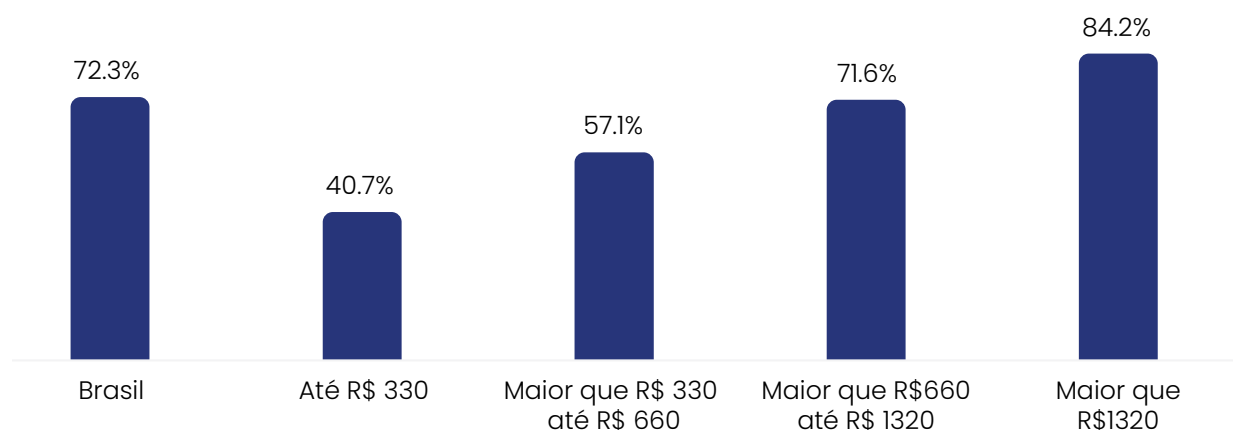
A taxa de participação na força de trabalho é um importante indicador do mercado de trabalho, pois revela como está a inserção das pessoas. Esse indicador é medido pela razão entre a população que está na força de trabalho e a população em idade ativa (PIA). De acordo com a **Figura 2.2.1**, em 2023, a taxa de participação da população brasileira no mercado de trabalho foi de 72,3%, revelando que aproximadamente sete entre cada dez pessoas em idade de 16 a 64 anos no país estavam buscando ou desempenhando atividades laborais.

As taxas de participação variam consideravelmente entre as diferentes faixas de renda. Para aqueles que residiam em domicílios com RDPC de até R\$ 330, aproximadamente ¼ do salário mínimo de 2023, a taxa de participação foi de 40,7%. Por outro lado, entre os que viviam em domicílios com RDPC superior a R\$ 1.320, a taxa de participação foi de 83,8%. Esses dados indicam que as pessoas com menor renda têm significativamente menos chances de estar inseridas no mercado de trabalho, o que reforça a exclusão econômica de grupos vulneráveis.

.....

3 Esses dados são os mais atuais disponibilizados pelo IBGE.

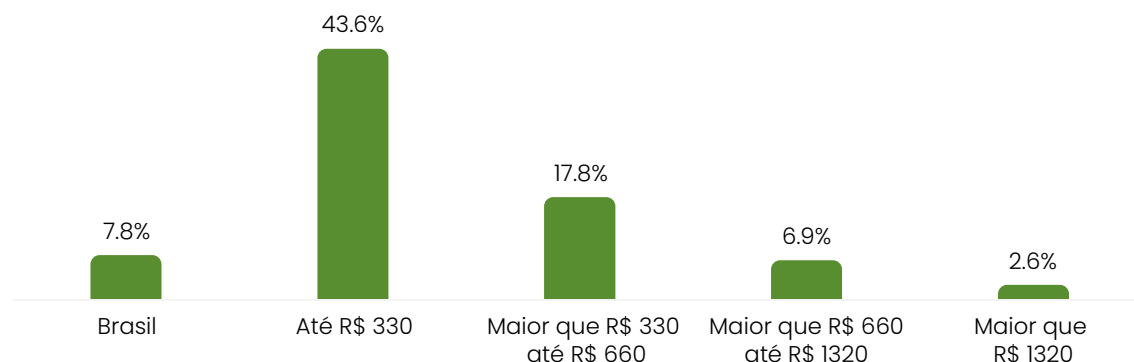
Figura 2.2.1: Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 16 a 64 anos por faixas de renda média domiciliar per capita. Brasil. 2023.



Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

A taxa de desocupação, outro indicador fundamental do mercado de trabalho, também evidencia um cenário desafiador para os indivíduos de baixa renda. Entre os indivíduos com RDPC de até R\$ 330, a taxa de desemprego foi muito elevada, em torno de 43,6%, e muito distante da taxa nacional, de 7,8%. Também se observa uma grande discrepância da taxa de desemprego entre as quatro faixas de renda analisados. A **Figura 2.2.2** mostra que, para aqueles em situação de vulnerabilidade, a entrada no mercado de trabalho implica enfrentar um desafio maior para conseguir uma colocação, seja no setor formal ou informal.

Figura 2.2.2: Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 64 anos por faixas de renda média domiciliar per capita. Brasil. 2023.



Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

A condição das pessoas em vulnerabilidade não se restringe apenas as questões da renda e dificuldades para encontrar um emprego. A **Tabela 2.2.1** mostra que os indivíduos de baixa renda que estão empregados têm uma maior probabilidade de trabalhar em postos informais e, portanto, desprovidos dos direitos trabalhistas e seguridade social. Portanto, o tipo de trabalho que as pessoas de baixa renda exercem no mercado de trabalho adiciona outra camada de vulnerabilidade à sua condição socioeconômica.

Observa-se que cerca de 45% dos trabalhadores com RDPC de até R\$ 330 trabalhavam como conta própria e 24% estavam no setor privado sem carteira assinada. Isso indica que, apesar de estarem empregados, esses trabalhadores não possuem acesso aos benefícios e a estabilidade de um posto formal, retroalimentando a vulnerabilidade socioeconômica desse grupo.

A faixa com RDPC maior que R\$ 330 e até R\$ 660 seguiu padrão semelhante, com 30% sendo conta própria e 22% trabalhando no setor privado sem carteira assinada. Nota-se que nas faixas maiores de RDPC predomina o privado com carteira, em torno de 40%, e conta própria com 22%.

Vale ressaltar que embora o trabalho por conta própria represente uma parcela acima de 20% em todas as faixas, o tipo de trabalho autônomo difere entre as faixas. A seção seguinte mostra que os conta própria das faixas de RDPC mais baixas são, em sua maioria, sem inscrição no CNPJ, portanto, informais, enquanto nas faixas mais altas há predominância de conta própria com CNPJ.

Tabela 2.2.1: Composição dos trabalhadores de 16 a 64 anos por tipo de vínculo na ocupação e por faixas de renda média domiciliar per capita. Brasil. 2023.

Tipo de Vínculo	Brasil	Até R\$ 330	Maior que R\$ 330 até R\$ 660	Maior que R\$ 660 até R\$ 1320	Maior que R\$ 1320
Privado com carteira	38%	9%	28%	40%	41%
Privado sem carteira	13%	24%	22%	16%	10%
Doméstica com carteira	1%	0%	1%	2%	1%
Doméstica sem carteira	5%	13%	8%	6%	2%
Empregador	4%	1%	1%	2%	6%
Conta Própria	25%	45%	30%	25%	22%
Familiar Auxiliar	1%	6%	3%	1%	1%
Setor Público	12%	2%	6%	8%	16%
Total	97.021.105	2.755.750	11.440.421	28.764.923	54.060.012

Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

O rendimento do trabalho é um importante componente da renda domiciliar per capita e reflete parte das desigualdades socioeconômicas existentes no país. O nível de escolaridade, a formação profissional, o setor de atividade e o tipo de vínculo influenciam diretamente os salários, que, por sua vez, influenciam o nível da RDPC.

A **Figura 2.2.3** mostra que os trabalhadores que residem em domicílios com RDPC até R\$ 330 apresentaram um rendimento médio do trabalho de R\$ 558, bem mais baixo do que os das outras faixas e representando menos de um quarto da média nacional. Já os trabalhadores nas faixas de renda mais alta, como a da RDPC maior que R\$ 1.320, apresentaram rendimentos significativamente mais elevados, destacando a relação direta entre o nível de renda domiciliar e a remuneração no mercado de trabalho.

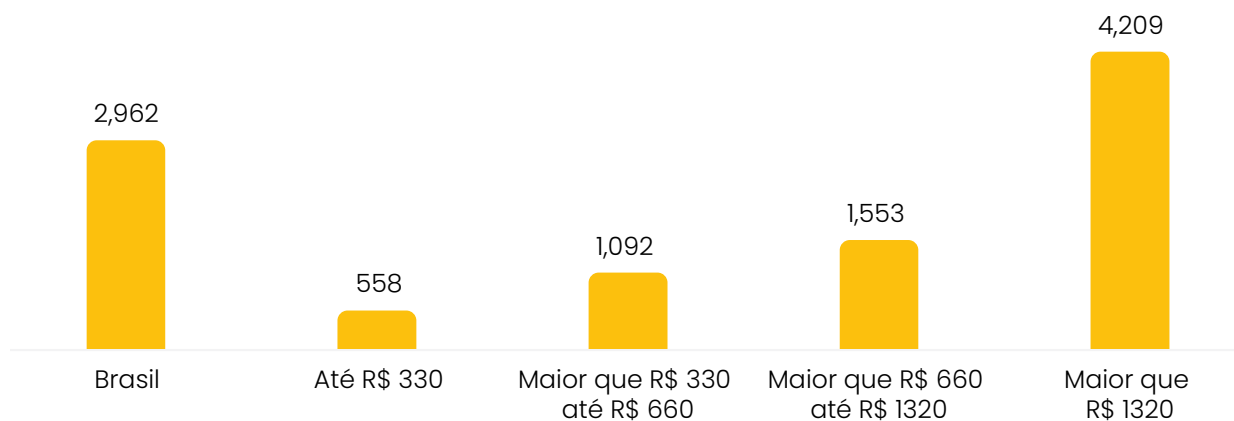
Logo, aqueles de baixa renda que conseguem superar os desafios para se inserir no mercado e conseguir um emprego permanecem em condição mais

desfavorável do que as outras faixas de RDPC quanto aos salários e tipos de emprego.

Nesse contexto, a escolaridade permanece sendo essencial para a empregabilidade das pessoas. Diversos estudos acadêmicos, publicados ao longo de quase meio século, evidenciam a forte relação entre o grau de escolaridade das pessoas e melhores oportunidades no mercado formal, tanto em relação ao tipo de ocupação quanto do ponto de vista da remuneração.

A baixa escolaridade é um dos principais fatores que dificultam o acesso das pessoas em situação de pobreza ao emprego formal. A maioria das vagas formais exige, no mínimo, ensino médio completo, enquanto posições mais qualificadas demandam ensino superior ou cursos técnicos. Sem a formação adequada, essas pessoas acabam sendo excluídas de oportunidades que oferecem melhores salários, benefícios e estabilidade

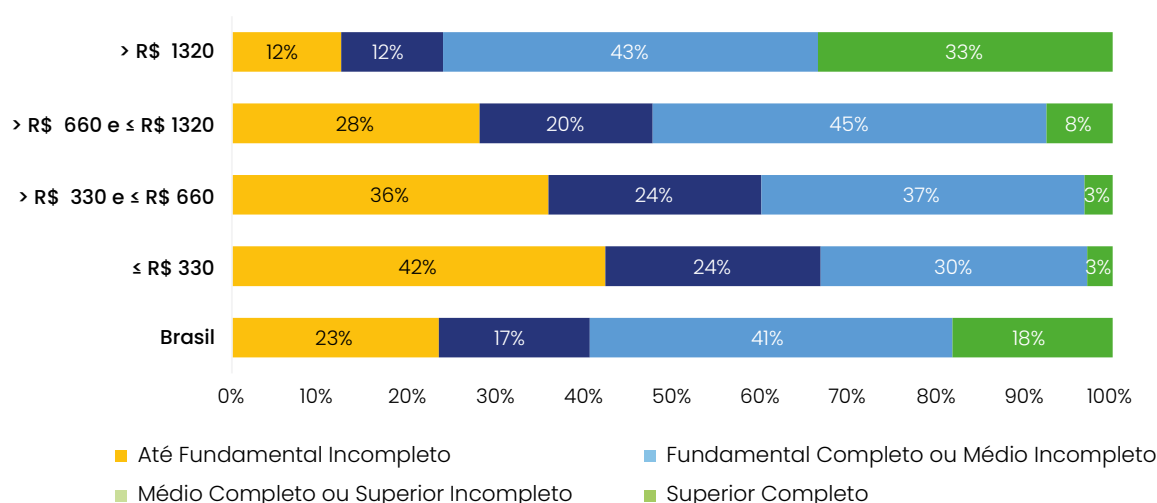
Figura 2.2.3: Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 16 a 64 anos por faixas de renda média domiciliar per capita. Brasil. 2023.



Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

De acordo com o a **Figura 2.2.4**, apenas 3% das pessoas com RDPC até R\$ 330 possuíam ensino superior completo em 2023 e 42% não haviam concluído o ensino fundamental. Já no estrato mais alto de RDPC, cerca de 33% tinham superior completo.

Figura 2.2.4: Composição da População em Idade Ativa (PIA) de 16 a 64 anos por faixas de renda média domiciliar per capita. Brasil. 2023.



Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

A falta de escolaridade também reduz a capacidade de adaptação às novas exigências do mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo e tecnológico. Profissões que antes exigiam pouca qualificação estão sendo automatizadas ou substituídas por soluções digitais, tornando essencial o domínio de novas habilidades. Assim, pessoas com baixa escolaridade ficam restritas a empregos informais, geralmente marcados por baixa remuneração, ausência de direitos trabalhistas e maior suscetibilidade aos efeitos adversos de crises econômicas.

Atividades consideradas básicas, como elaborar um currículo, procurar vagas de forma eficiente e se preparar para entrevistas de emprego, podem se transformar em grandes obstáculos para esse grupo. Por exemplo, a elaboração do currículo exige certo nível de letramento e compreensão sobre as expectativas do mercado de trabalho, o que pode ser um desafio para quem não teve acesso a uma educação de qualidade. Além disso, algumas pessoas podem subestimar suas próprias experiências, deixando de incluir atividades informais, trabalhos voluntários ou habilidades adquiridas ao longo da vida, que poderiam ser valorizadas por empregadores. Em relação a busca por vagas, muitas oportunidades estão disponíveis principalmente na internet, por meio de sites de emprego, redes sociais profissionais e aplicativos.

Pessoas em situação de vulnerabilidade podem ter dificuldades de acesso a esses recursos, seja por falta de conhecimento tecnológico, seja por ausência de dispositivos eletrônicos como computadores e smartphones ou mesmo conexão com a internet. Alguns processos seletivos exigem etapas como testes online, envio de vídeos de apresentação e entrevistas virtuais, o que pode ser um empecilho para quem não está familiarizado com essas ferramentas. Até mesmo a locomoção para entrevistas presenciais pode ser um problema, devido aos custos com transporte e à falta de recursos para se apresentar de maneira adequada.

Outra questão relevante é a dificuldade de progressão na carreira. Mesmo quando conseguem ingressar no mercado de trabalho, trabalhadores com baixa escolaridade enfrentam barreiras para obter promoções e melhores condições de trabalho, já que a maioria das empresas valoriza funcionários que possuem formação contínua e especializações. Isso perpetua o ciclo de pobreza, pois essas pessoas permanecem presas a empregos precários, com menores chances reais de ascensão social.

Diante dessas dificuldades, iniciativas de capacitação, como oficinas gratuitas para elaboração de currículos, suporte na busca por vagas e acesso a espaços com internet para candidatos em situação de vulnerabilidade, podem ser essenciais para reduzir essa barreira. O apoio de centros comunitários, ONGs e programas governamentais pode ampliar as chances dessas pessoas conseguirem um emprego formal, promovendo inclusão social e melhores condições de vida. As políticas públicas voltadas para a educação e a capacitação profissional tem papéis fundamentais para romper o ciclo da vulnerabilidade social.

2.3 O impacto da informalidade e da falta de capacitação: como esses fatores dificultam a geração de renda

A informalidade e a falta de capacitação são dois dos principais entraves para a geração de renda sustentável, especialmente entre a população de baixa renda. Sem qualificação profissional adequada, muitas pessoas encontram dificuldades para acessar empregos formais, ficando restritas a trabalhos informais, que geralmente oferecem baixa remuneração, pouca estabilidade e nenhum direito trabalhista.

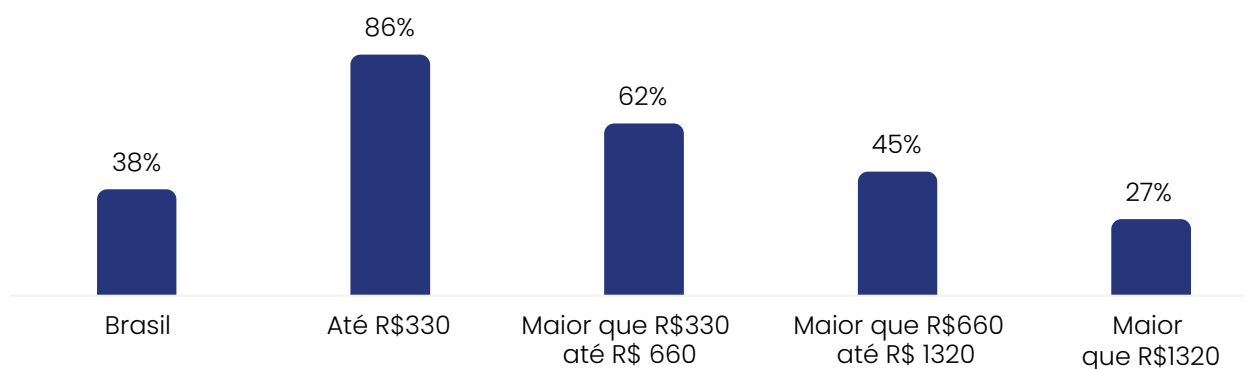
Essa realidade limita as oportunidades de crescimento profissional e impede a construção de uma segurança financeira de médio e longo prazo. Além disso, a ausência de capacitação reduz a competitividade desses trabalhadores no mercado, dificultando sua adaptação às exigências das novas dinâmicas econômicas e tecnológicas.

Uma elevada taxa de informalidade também impacta negativamente a arrecadação do governo, pois trabalhadores informais não contribuem regularmente para a Previdência Social e outros tributos que financiam políticas públicas. Com uma base de arrecadação reduzida, o Estado também apresenta menos recursos para investir em programas sociais, inclusive aqueles que buscam a atenuação da pobreza.

Em 2023, a taxa de informalidade do Brasil era de 38%, ou seja, mais de um terço da população ocupada estava em postos informais. Conforme definição do IBGE, foi considerado informal os trabalhadores sem carteira assinada (privado e doméstica), empregadores e conta própria sem inscrição no CNPJ e, por fim, os trabalhadores familiares auxiliares.

Embora essa taxa de informalidade no Brasil já possa ser considerada alta, a **Figura 2.3.1** mostra que a taxa entre os trabalhadores com RDPC até R\$ 330 era bem mais elevada do que a média nacional, cerca de 86%. Além disso, mais de 50% dos informais dessa faixa mais baixa de RDPC eram trabalhadores por conta própria sem CNPJ. Já a faixa mais elevada de RDPC (maior que R\$ 1.320) apresentou a menor taxa de informalidade, com 27%. Assim, se observa uma relação inversa entre RDPC e taxa de informalidade.

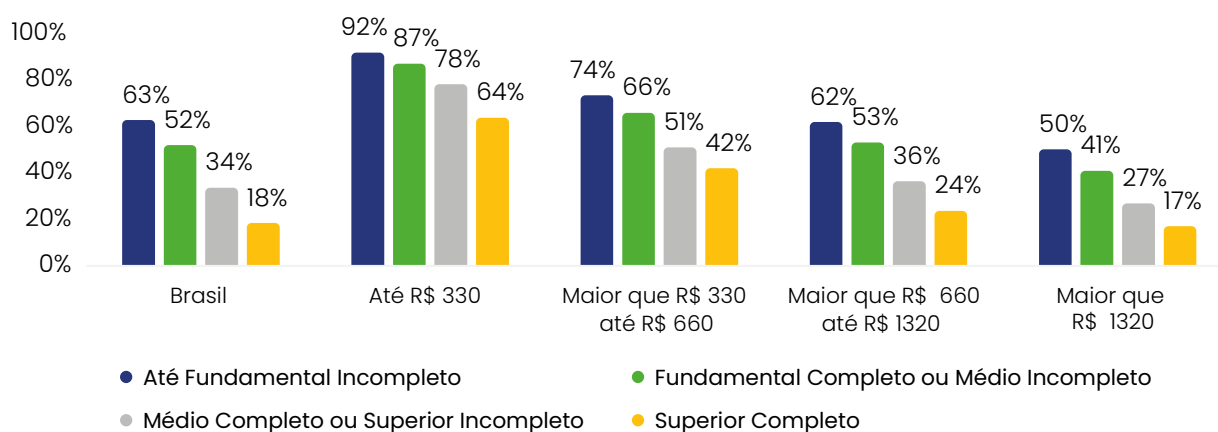
Figura 2.3.1: Taxa de Informalidade entre as pessoas de 18 a 64 ocupadas por faixas de renda média domiciliar per capita. Brasil. 2023.



Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

Também existe uma relação inversa entre escolaridade e informalidade, conforme mostra a **Figura 2.3.2**. No Brasil, a taxa de informalidade reduz à medida que o grau de instrução dos trabalhadores aumenta. A taxa de informalidade entre os que tinham até ensino fundamental incompleto atingiu 63% enquanto a dos que tinham superior completo era de 18%. Padrão semelhante é observado nas quatro faixas de RDPC analisadas. Contudo a magnitude das taxas é maior nas faixas de RDPC menores. A situação da faixa de RPC até R\$ 330 é a mais grave, com 92% dos trabalhadores com até fundamental incompleto estando na informalidade.

Figura 2.3.2: Taxa de Informalidade entre as pessoas de 18 a 64 ocupadas por faixas de renda média domiciliar per capita e grupos de escolaridade. Brasil. 2023



Fonte: FGV com base nos microdados do suplemento anual da PNAD de 2023. 1ª visita.

A informalidade tem sido uma questão complexa e persistente no Brasil, marcada por fatores econômicos, sociais e estruturais. Nos últimos 20 anos, o país vivenciou diferentes ciclos econômicos, com momentos de crescimento e crises que impactaram diretamente o nível de formalização dos empregos. Vale salientar que no início dos anos 2000, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico e de implementação de políticas de inclusão social, como o aumento do salário mínimo e a expansão de programas de transferência de renda, que ajudaram a melhorar a condição de vida de uma parte

significativa da população de baixa renda. No entanto, mesmo com essas políticas, a informalidade continuou a ser um desafio importante.

A partir de 2008, com a criação do Microempreendedor Individual (MEI), houve uma tentativa de formalizar pequenas atividades comerciais de forma simples e acessível, permitindo que trabalhadores autônomos com faturamento de até R\$ 81 mil por ano pudessem regularizar sua situação, pagando impostos reduzidos e garantindo acesso a benefícios como aposentadoria e seguro-saúde. A medida teve impacto positivo, mas não foi suficiente para resolver o problema da informalidade, que se manteve elevada, especialmente entre os trabalhadores que não se encaixavam nas exigências do MEI ou nas categorias que ainda não eram beneficiadas por políticas de formalização.

Entre 2014 e 2016, o Brasil enfrentou um período de crise econômica, que resultou em aumento do desemprego e instabilidade no mercado de trabalho. Durante esse período, muitos trabalhadores se viram forçados a migrar para o setor informal, buscando alternativas para garantir a sobrevivência. A crise também gerou um aumento significativo de trabalhadores autônomos e de serviços prestados de forma temporária ou sem vínculo empregatício formal.

Nos últimos anos, apesar de uma certa recuperação econômica impulsionada pelo avanço das tecnologias digitais, a informalidade continua sendo um desafio significativo. Muitas das novas oportunidades geradas por plataformas digitais, como o trabalho de motoristas de aplicativos e vendedores em e-commerce, operam em uma zona cinza, onde, mesmo com algum grau de formalização, os trabalhadores ainda enfrentam condições precárias e a ausência de direitos trabalhistas assegurados.

Portanto, a trajetória da informalidade no Brasil nos últimos 20 anos é caracterizada por avanços, mas também por uma luta contínua contra a exclusão social, a falta de acesso a direitos fundamentais e as dificuldades de transição para o mercado formal. A busca por soluções eficazes para a formalização e a inclusão dos trabalhadores informais permanece um desafio central para o desenvolvimento econômico e social do país.

2.4 O papel das políticas públicas na inclusão produtiva: o que já existe e onde o Acredita no Primeiro Passo se encaixa

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão produtiva, garantindo que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a oportunidades de trabalho e geração de renda. Por meio de iniciativas como qualificação profissional, incentivos ao empreendedorismo e fortalecimento da economia solidária, essas políticas ajudam a reduzir a pobreza, as desigualdades sociais e a fomentar um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Ao longo do tempo, diversas políticas públicas foram pensadas e implementadas com o objetivo de promover a inclusão produtiva no Brasil, muitas delas ocorrendo de forma simultânea e descentralizada. A seguir são apresentadas um conjunto de programas e iniciativas vigentes no Brasil para gerar inclusão produtiva. Em relação a iniciativas do Governo Federal três programas se destacam: Bolsa Família (PBF), Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e o Microempreendedor Individual (MEI). O PBF além de ser um programa de transferência de renda destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, também desempenha um papel fundamental na inclusão produtiva. A iniciativa não apenas garante condições mínimas de sobrevivência, mas também incentiva a participação dos beneficiários em programas de qualificação profissional e empreendedorismo.

Já o PNMPO tem como objetivo principal estimular a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares. Ele promove a inclusão produtiva ao facilitar o acesso ao crédito para pequenos negócios, garantindo condições especiais de financiamento para trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Além do crédito, o programa oferece orientação financeira e suporte técnico, permitindo que os beneficiários desenvolvam suas atividades produtivas de forma sustentável e ampliem suas oportunidades econômicas.

O MEI é um dos principais instrumentos de inclusão produtiva no Brasil. Criado para formalizar pequenos negócios, o MEI permite que trabalhadores autônomos tenham acesso a direitos previdenciários, como aposentadoria e auxílio-doença, além de reduzir a burocracia para a abertura e gestão de empresas. Ao oferecer um modelo simplificado de tributação e acesso a linhas de crédito especiais, o MEI possibilita que milhões de brasileiros transformem atividades informais em empreendimentos sustentáveis, fortalecendo a economia e promovendo a inclusão produtiva de maneira estruturada.

Além desses programas, a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino – Elas Empreendem, instituída pelo Governo Federal em abril de 2024, visa promover a inclusão social e econômica das mulheres por meio do fortalecimento de seus empreendimentos. A estratégia é estruturada em quatro eixos principais: i) acesso ao mercado e inclusão socioproductiva; ii) acesso à tecnologia e inovação; iii) acesso ao crédito; e iv) educação empreendedora. Entre suas diretrizes, destacam-se a priorização de mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a garantia de equidade étnico-racial para empreendedoras autodeclaradas pretas ou pardas. Essa iniciativa busca fomentar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de empresas lideradas por mulheres, ampliando sua participação na economia nacional.

A Política Nacional de Cuidados também deve ser mencionada, uma vez que reconhece e valoriza o trabalho do cuidado, tradicionalmente exercido de forma não remunerada, principalmente por mulheres. Ao estruturar diretrizes para a oferta de serviços públicos e incentivar a formalização do setor de cuidados, essa política amplia o acesso a oportunidades de emprego para cuidadores profissionais, domésticos e trabalhadores do setor social. Além disso, ao garantir maior disponibilidade de creches, serviços de assistência a idosos e pessoas com deficiência, a política permite que mais pessoas, especialmente mulheres, possam ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Dessa forma, a Política Nacional de Cuidados contribui tanto para a geração de empregos quanto para a redução das desigualdades de gênero na economia, fortalecendo a inclusão produtiva de diferentes grupos sociais.

No âmbito local, a Prefeitura de Belo Horizonte criou o Programa “Estamos Juntos” para fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas. As ações vão desde o favorecimento da promoção de autonomia econômica, por meio da qualificação socio-profissional e da inserção no mercado de trabalho, ao incentivo ao empreendedorismo e à economia popular solidária. Para isso, as empresas oferecem vagas de emprego ou de qualificação profissional e a Prefeitura, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego, encaminha as pessoas para entrevista e contratação. Como incentivo à participação, as empresas que aderem ao programa e recebem o selo de responsabilidade social têm a possibilidade de acessar condições especiais de negociação de dívidas com a Prefeitura. Já o Rio de Janeiro (crédito carioca), São Paulo (banco do povo) e Bahia (CredBahia e CredSalvador) desenvolveram programas de microcrédito totalmente subsidiado.

Algumas organizações da sociedade civil também têm dado uma importante contribuição para o país com ações de inclusão produtiva. A Fundação Arymax, por exemplo, investe em programas de capacitação profissional, em-

preendedorismo e inovação social, buscando ampliar as oportunidades de ascensão econômica para grupos historicamente marginalizados. Já o Instituto Crescer desenvolveu o Programa Geração Crescer que é uma plataforma de qualificação profissional e inclusão produtiva de pessoas no mercado de trabalho. Esse programa colabora com o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais para possibilitar que cidadãos possam se qualificar para as oportunidades de emprego, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Oferece cursos 100% gratuitos e uma consultoria em empregabilidade para que o público ingresse no mercado de trabalho e/ou conquiste uma promoção e/ou faça uma transição de carreira. A aliança empreendedora, a rede mulher empreendedora e o CUFA são organizações com iniciativas de destaque.

Os programas e iniciativas descritos nessa subseção, apesar de seus diferentes enfoques e níveis de atuação, refletem a preocupação em integrar economicamente grupos historicamente excluídos do mercado formal.

Sob essa perspectiva, o Programa Acredita no Primeiro Passo se destaca nesse panorama de políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva, pois traz uma abordagem ampla e integrada que visa promover a autonomia socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao focar na qualificação profissional, no emprego e no empreendedorismo, o programa contribui para a redução das desigualdades sociais, alinhando-se com outras iniciativas como o Bolsa Família, o PNMPPO e o MEI. Ao priorizar a inclusão de grupos específicos, como mulheres, jovens, pessoas com deficiência e membros de populações tradicionais, o Acredita no Primeiro Passo fortalece a equidade, incentivando uma participação mais ativa desses grupos na economia formal.

Além disso, o programa se complementa com outras políticas públicas, como a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino e a Política Nacional de Cuidados, ao oferecer acesso a microcrédito produtivo orientado e apoio ao desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis. Em um contexto de iniciativas estaduais como o CredBahia, Banco do Povo e Crédito Carioca, o Acredita no Primeiro Passo amplia o alcance das políticas públicas de inclusão produtiva, focando especialmente na inserção de pessoas do Cadastro Único em atividades produtivas e na promoção de sua autonomia financeira.

Dessa forma, o programa contribui para a construção de uma rede de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, proporcionando-lhes ferramentas para superação das desigualdades sociais e garantindo mais oportunidades de trabalho e geração de renda.

O Programa Acredita no Primeiro Passo opera por meio de uma rede de parcerias estratégicas entre o Governo Federal, estados, municípios, setor privado e organizações da sociedade civil. Essa articulação viabiliza a implementação das iniciativas, garantindo o acesso às oportunidades oferecidas pelo programa. Para cada um de seus três eixos – Acesso ao emprego, Qualificação profissional e Apoio ao empreendedorismo – o programa adota estratégias específicas, utilizando intermediações, ferramentas e mecanismos que facilitam a adesão dos participantes e asseguram o acompanhamento contínuo dos resultados. A seguir, são detalhados os principais componentes desse funcionamento.

3.

**Como o programa
funciona na prática?**

acredita
no primeiro passo

3.1 Passo a passo para participar: do cadastro ao acompanhamento

A participação no Programa Acredita no Primeiro Passo começa com a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), fundamental para identificar pessoas que necessitam de inclusão socioeconômica. Para se tornar elegível às oportunidades do programa, é essencial manter os dados atualizados. Após essa etapa, o interessado deve se cadastrar no Portal do Programa Acredita no Primeiro Passo, uma plataforma digital que oferece acesso a informações detalhadas sobre as ações disponíveis. Nela, os participantes podem explorar e selecionar iniciativas alinhadas ao seu perfil, considerando suas habilidades, interesses e demandas locais. O processo segue as seguintes etapas:

1. Cadastro e identificação do perfil

- O interessado acessa o portal do programa e realiza sua inscrição.
- A partir das informações fornecidas, o sistema direciona o participante para ações compatíveis com seu perfil.

2. Acesso às oportunidades

- Para aqueles que buscam emprego, o programa oferece uma ferramenta digital para criação de currículos e candidatura a vagas disponibilizadas por parceiros regionais.
- Os interessados em qualificação profissional podem se inscrever em cursos gratuitos oferecidos por instituições parceiras, como a rede federal de ensino, sistemas de aprendizagem profissional, ONGs e OSCIPs. Os cursos abrangem diversas áreas e incluem temas como educação financeira e estratégias para empreender.
- Para empreendedores, o programa oferece apoio técnico e acesso a crédito produtivo orientado por meio de instituições financeiras e cooperativas credenciadas. O suporte está disponível tanto para quem já possui um negócio quanto para aqueles que desejam iniciar sua própria empresa, ou mesmo os que já tenham negócios informais.

- A recomendação é que os interessados em crédito busquem as agências bancárias, as salas do empreendedor (SEBRAE) ou entidades autorizadas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (CEF, bancos públicos, cooperativas de crédito, agências de fomento ou agentes de crédito).
- O programa oferece ainda o acesso a um estruturador de negócios, que auxilia na elaboração de um plano adequado à realidade do empreendedor. Após aprovação do Fundo Garantidor, o estruturador acompanha a concessão e o uso do crédito, orientando o empreendedor e reduzindo riscos de inadimplência.

3. Acompanhamento e suporte

- Os beneficiários recebem acompanhamento contínuo de acordo com a iniciativa escolhida.
- No caso do microcrédito produtivo, um estruturador de negócios auxilia na elaboração do plano empresarial e acompanha o processo de concessão e utilização do crédito.
- A intermediação de mão de obra conta com monitoramento para facilitar a adaptação do trabalhador ao emprego conquistado.
- As ações de qualificação profissional incluem avaliação da aprendizagem e suporte na aplicação dos conhecimentos adquiridos.
- Os parceiros — como órgãos públicos, instituições de ensino, instituições financeiras, empresas e entidades do terceiro setor — desempenham um papel essencial na implementação do programa. Suas contribuições podem incluir, por exemplo: (i) identificar e incentivar a inscrição de beneficiários; (ii) oferecer cursos de qualificação e assistência técnica; (iii) fornecer dados relevantes sobre o mercado de trabalho local; e (iv) facilitar o acesso ao crédito produtivo e promover oportunidades de negócios.

4. Monitoramento e ajustes

- O programa realiza avaliações periódicas, contando com a participação dos parceiros, para mensurar os resultados das ações já implementadas.
- As estratégias são ajustadas conforme a necessidade, garantindo maior efetividade na inclusão produtiva e no aumento da renda dos participantes.
- Uma Plataforma Digital do Programa Acredita no Primeiro Passo está em fase de desenvolvimento e será uma ferramenta central para a gestão e comunicação das ações do programa. Ela permitirá o cadastramento de usuários e parceiros, facilitando a oferta e o acesso a oportunidades de inclusão socioeconômica, como emprego, qualificação profissional e crédito.
- A plataforma também será responsável por realizar o match entre as ofertas dos parceiros e as demandas dos usuários, de acordo com seus perfis e as necessidades locais, promovendo uma mobilização ativa e eficaz das oportunidades.
- Além disso, a plataforma possibilitará o acompanhamento contínuo, monitoramento e avaliação das ações implementadas, garantindo a transparência e a efetividade das iniciativas, e assegurando que os objetivos do programa sejam cumpridos de maneira eficiente e impactante.

A participação no Programa Acredita no Primeiro Passo é, portanto, um processo estruturado e contínuo, que envolve desde a inscrição inicial até o acompanhamento das ações ao longo do tempo. Com um forte compromisso em promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico, o programa oferece não apenas acesso a oportunidades de emprego, qualificação e empreendedorismo, mas também suporte contínuo para garantir a eficácia das ações implementadas. A parceria entre diferentes setores da sociedade, como órgãos públicos, instituições financeiras, empresas e organizações da sociedade civil, é fundamental para o sucesso do programa, pois assegura que os participantes recebam o apoio necessário para se inserirem no mercado de trabalho, aprimorem suas habilidades ou desenvolverem seus próprios negócios. Dessa forma, o Acredita no Primeiro Passo se apresenta como uma ferramenta eficaz para a transformação socioeconômica dos seus beneficiários.

3.2 Capacitação e formação empreendedora: como o programa prepara seus participantes para abrir um negócio

O Programa Acredita no Primeiro Passo reconhece que a profissionalização e a capacitação são elementos essenciais para ampliar as oportunidades de emprego e fomentar o empreendedorismo entre os beneficiários do CadÚnico. Além de investir na qualificação profissional, o programa oferece um suporte específico para aqueles que já possuem um negócio ou desejam abrir uma nova empresa. Para este público, as ações de capacitação visam desenvolver habilidades empreendedoras e auxiliar na criação de empreendimentos sustentáveis e viáveis no longo prazo.

Esse foco é respaldado por dados que mostram o grande potencial empreendedor dos participantes do CadÚnico, muitos dos quais possuem habilidades ou aptidões para empreender, mas enfrentam barreiras como falta de oportunidades, dificuldades com o sistema financeiro e falta de capacitação. Este cenário justifica a relevância das ações do programa, que buscam superar essas dificuldades e oferecer uma formação especializada.

Para garantir a efetividade dessa capacitação, o programa conta com uma rede robusta de parceiros, composta por instituições educacionais e empresas públicas e privadas, além da colaboração dos estados e municípios, que se unem para oferecer iniciativas de formação direcionadas. Uma das principais inovações do programa é a atuação dos Estruturadores de Negócios, profissionais especializados que orientam os empreendedores na elaboração de planos de negócios sustentáveis, abordando aspectos como viabilidade econômica, impacto ambiental e responsabilidade social.

Esses estruturadores realizam também a busca ativa de pessoas com potencial empreendedor no CadÚnico, oferecendo apoio técnico especializado e colaborando para a formalização de novos negócios, o acesso ao crédito e, consequentemente, para o aumento da renda das famílias.

Além disso, o apoio dos Estruturadores de Negócios não onera a operação de crédito, o que reduz os custos e riscos para o tomador de crédito. Com esse suporte, o Acredita no Primeiro Passo não só oferece a capacitação necessária, mas também facilita a integração entre treinamento e financiamento, contribuindo para a geração de trabalho decente e o fortalecimento da economia local.

Essa abordagem integrada de capacitação e suporte especializado fortalece o potencial empreendedor dos beneficiários do CadÚnico, criando um ciclo virtuoso de geração de empregos e inclusão econômica. Ao fornecer não apenas

conhecimento técnico, mas também apoio contínuo na gestão e sustentabilidade dos negócios, o Programa Acredita no Primeiro Passo se consolida como um importante agente de transformação social, promovendo a autonomia financeira das famílias e contribuindo para o desenvolvimento econômico das comunidades de forma sustentável e inclusiva.

3.3 Acesso ao crédito e suporte financeiro: o que muda com o Acredita no Primeiro Passo

Uma das principais inovações do Programa Acredita no Primeiro Passo é a criação do Fundo Garantidor de Operações do Acredita (FGO Acredita), vinculado ao Banco do Brasil. Este fundo foi desenvolvido para minimizar os riscos nas operações de microcrédito e garantir condições favoráveis para o crédito produtivo, com foco na inclusão bancária e no fomento de negócios sustentáveis para pessoas inscritas no CadÚnico. O FGO Acredita oferece créditos de até R\$ 21 mil. Uma das características que merece destaque é a cobertura integral das operações de crédito, sem exigir contragarantias dos tomadores e limitando a inadimplência a 20% da carteira garantida, o que reduz riscos e custos para os empreendedores e as instituições financeiras.

Além de facilitar o acesso ao crédito, o programa incorpora a atuação dos Estruturadores de Negócios, que oferecem suporte técnico às instituições financeiras e orientam os empreendedores do CadÚnico na elaboração de planos de negócios sustentáveis. Entre suas funções, além da busca ativa de potenciais empreendedores, destaca-se a elaboração de planos de negócio viáveis financeiramente, o apoio à formalização das atividades e o incentivo à ampliação da renda das famílias, por meio da geração de receitas estáveis e sustentáveis. Esses estruturadores desempenham, portanto, um papel crucial na redução de riscos e custos nas operações de crédito, beneficiando tanto os tomadores quanto as instituições.

Outro ponto que merece destaque é o fomento à construção de uma rede de apoio, que envolve parcerias com entidades públicas e privadas para ofertar oportunidades de emprego, qualificação profissional e acesso ao crédito. O uso de uma plataforma digital e aplicativo móvel facilita o encontro entre o público-alvo e as oportunidades de inclusão socioeconômica, promovendo a integração entre oferta e demanda de maneira eficiente e acessível. Além disso, o processo de adesão de parceiros é simplificado, agilizando a colaboração entre os envolvidos e expandindo o impacto das ações do programa em todo o país.

O programa facilita o credenciamento de instituições financeiras no SIG Acredita, um sistema informatizado para a gestão das operações de microcrédito, permitindo o cadastro de entidades que atendem aos requisitos legais e comprovam experiência na execução de projetos de fomento ao empreendedorismo. Com a adesão ao programa, essas instituições podem realizar eventos presenciais para identificar e orientar empreendedores do CadÚnico, além de cadastrar seus planos de negócios no sistema para aprovação e implementação.

As instituições financeiras e entidades interessadas em participar do programa devem realizar o credenciamento no SIG Acredita, sistema informatizado de gestão que facilita o registro de informações sobre atividades de cadastramento, implementação, controle e monitoramento das ações desenvolvidas pelas instituições ofertantes de microcrédito produtivo orientado e agentes estruturadores de negócios. Podem se credenciar as instituições financeiras e entidades autorizadas conforme o Art. 3º da Lei nº 13.636/2018, que promovem a circulação de ativos financeiros e oferecem crédito produtivo orientado. Para o credenciamento, as instituições devem comprovar o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar legalmente constituída há mais de dois anos.
- Comprovar em seu estatuto social o fomento ao empreendedorismo e à estruturação de negócios, incluindo ações como assistência técnica e educacional, qualificação para elaboração de planos de negócios, apoio à organização socioeconômica das famílias, formação de arranjos produtivos locais, e fomento à formalização de negócios, entre outras.
- Possuir experiência comprovada na execução de projetos de empreendedorismo.
- Não estar inscrita em nenhum dos seguintes cadastros:
 - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) da Controladoria-Geral da União;
 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCCAIA) do Conselho Nacional de Justiça;
 - Relação de Inabilitados e Inidôneos (RII) do Tribunal de Contas da União;
 - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Uma vez realizado o credenciamento, as instituições, em colaboração com os agentes estruturadores de negócios, poderão realizar eventos presenciais para buscar ativamente empreendedores do CadÚnico com potencial para desenvolver planos de negócios sustentáveis. Os planos devem ser cadastrados no SIG Acredita, encaminhados para o Fundo Garantidor de Operações (FGO) e, se aprovados, serão implementados com o acompanhamento contínuo dos agentes estruturadores.

Além disso, o programa impulsiona ações de fomento produtivo urbano, ampliação do microcrédito e captação de recursos internacionais. Ele também utiliza uma rede de apoios para engajar parceiros públicos e privados que possam oferecer oportunidades de emprego, qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e acesso ao crédito produtivo para o público do CadÚnico. Para garantir a fluidez da atuação com parceiros, o programa oferece:

- 1. Plataforma digital e aplicativo móvel:** facilita a conexão do público-alvo com oportunidades de emprego, qualificação, empreendedorismo e acesso ao crédito.
- 2. Simplificação do termo de adesão:** com vigência automática, acelera a colaboração entre os parceiros.
- 3. Parcerias estratégicas:** com gestores públicos e entidades da sociedade civil, ampliando o alcance e impacto das ações.
- 4. Disseminação de boas práticas de inclusão produtiva:** contribui para a inserção social e econômica dos beneficiários, facilitando o acesso a direitos sociais essenciais.

O credenciamento de instituições ofertantes de microcrédito é uma condição fundamental para que, em colaboração com os agentes estruturadores de negócios, as instituições possam realizar a busca ativa de empreendedores do CadÚnico e orientá-los na criação de planos de negócios sustentáveis dentro do Programa Acredita no Primeiro Passo. Esses planos são submetidos ao Fundo Garantidor para operações de microcrédito, e, após aprovação, são implementados com acompanhamento contínuo.

Assim, com a implementação do Acredita no Primeiro Passo, o acesso ao crédito torna-se uma realidade mais acessível e segura para os empreendedores do CadÚnico, permitindo-lhes desenvolver negócios sustentáveis e gerar fontes estáveis de renda. O programa não apenas facilita o processo de obtenção de

microcrédito, mas também integra uma rede de apoio técnico e financeiro essencial para garantir a viabilidade dos negócios. Vale lembrar que o limite inferior de 50% (cinquenta por cento) das operações de crédito orientado para mulheres potencializa o impacto do programa na redução das desigualdades de gênero no Brasil.

A colaboração entre instituições financeiras, agentes estruturadores de negócios e parceiros públicos e privados potencializa o impacto social e econômico do programa, contribuindo para a inclusão financeira e o fortalecimento da economia local. Dessa forma, o Acredita no Primeiro Passo não apenas facilita o acesso ao crédito, mas também cria um ambiente propício para o empreendedorismo, proporcionando aos participantes as ferramentas necessárias para transformar suas ideias em negócios bem-sucedidos e duradouros.

3.4 Empregabilidade e conexão com o mercado de trabalho: parcerias com empresas, qualificação profissional e incentivo à contratação de beneficiários

A crescente ênfase em investimentos socialmente responsáveis tem impulsionado as empresas a adotar práticas voltadas para a responsabilidade social. Entre as empresas parceiras do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), uma parte significativa já implementa iniciativas relacionadas a ESG (Ambiental, Social e Governança), abrangendo diversas áreas de atuação. Essas práticas são, em sua maioria, promovidas por grandes corporações e multinacionais, devido ao elevado custo envolvido. Nesse contexto, o MDS tem buscado colaborar com essas empresas para promover a inclusão socioeconômica das pessoas inscritas no CadÚnico, por meio de mecanismos de cooperação que favoreçam a inserção no mercado de trabalho.

O MDS realiza campanhas com diferentes empresas para incentivar a contratação dessa população e, simultaneamente, atua por meio de Protocolos de Intenção (PI) e Acordos de Cooperação Técnica (ACT). Os Protocolos de Intenção são instrumentos formais que estabelecem um vínculo cooperativo entre entidades da Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, enquanto os Acordos de Cooperação Técnica envolvem compromissos mais específicos e exigem um plano de trabalho detalhado entre as partes. Em ambos os casos, não há repasse de recursos financeiros.

Ao firmar esses instrumentos, as empresas e organizações definem metas de contratação para o público-alvo. O MDS busca facilitar o acesso dos beneficiários do CadÚnico, com idade a partir de 18 anos, aos processos seletivos dessas empresas. Em casos envolvendo ACTs, o MDS verifica a lista de candidatos sele-

cionados pelas empresas, garantindo que os escolhidos sejam elegíveis para as ações de inclusão socioeconômica. As empresas, por sua vez, devem destinar um percentual das vagas oferecidas para o público do CadÚnico, com prioridade para mulheres, jovens negros e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Como apoio às ações de inserção no mercado de trabalho, o MDS oferece qualificação profissional em parceria com universidades, instituições de ensino e outras entidades, com o objetivo de ajudar o público-alvo do programa a conquistar e manter o emprego, além de progredir dentro das empresas. O ministério também incentiva que as próprias empresas realizem programas internos de qualificação, especialmente aquelas que integram os Protocolos de Intenção e os Acordos de Cooperação Técnica.

Essa colaboração entre o MDS e as empresas não só contribui para a inclusão social, mas também fortalece a relação entre o setor público e privado, criando um ciclo virtuoso de oportunidades para aqueles que mais necessitam. A combinação de qualificação profissional, parcerias estratégicas e ações de incentivo à contratação permite que os beneficiários do CadÚnico não apenas acessem o mercado de trabalho, mas também permaneçam nele, com condições de desenvolvimento e ascensão profissional. Dessa forma, o programa não só promove a inserção, mas também fomenta a equidade, possibilitando uma trajetória mais justa e sustentável de inclusão socioeconômica.

3.5 Histórias reais de transformação: Exemplos de pessoas que já estão mudando de vida

O Programa Acredita no Primeiro Passo tem sido um verdadeiro agente de transformação para muitas pessoas ao redor do Brasil, promovendo não apenas o acesso a recursos essenciais, mas também o impulso a novos horizontes de profissionalização e empreendedorismo. A seguir, apresentamos cinco exemplos inspiradores de como o programa já tem impactado positivamente a vida dos brasileiros:

- Em Salvador (BA), a jovem empreendedora Letícia Moreira, de 30 anos, transformou seu sonho em realidade. Como participante do Programa Acredita no Primeiro Passo, utilizou o crédito produtivo orientado para montar o seu próprio negócio de designer de sobancelhas. Reconhecida e respeitada por suas clientes, superou as dificuldades iniciais e projeta avançar nas suas capacidades empreendedoras: “Com o Programa Acredita, vou investir cada vez mais na minha capacitação e na ampliação do meu estúdio de sobancelhas”, celebrou.

- Em Teresina (PI), um exemplo de sucesso do Acredita no Primeiro Passo é Dona Maria de Fátima Oliveira, cliente do Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado desde 2017. Durante a pandemia, ela decidiu investir em seu próprio negócio, preparando quentinhas em sua residência, além de continuar vendendo cosméticos e confecções. Inscrita no CadÚnico, Dona Fátima formalizou um novo contrato no âmbito do Acredita: “Para mim, o Crediamigo representa uma grande oportunidade, e o Acredita nos traz condições ainda melhores. Com esses novos recursos, irei refazer a cobertura da minha cozinha e investir em outras necessidades mais urgentes para melhoria do meu negócio”, enfatizou.
- Em Fortaleza (CE), Francisca Galvão, inscrita no Cadastro Único e beneficiária do Programa Bolsa Família, acessou o Acredita no Primeiro Passo e recebeu um crédito produtivo para impulsionar seu empreendimento. “Com o dinheiro do Acredita pretendo aumentar o meu negócio, ampliar os meus produtos e garantir uma renda melhor para minha família”, afirma.
- Em João Pessoa (PB), Josiana do Nascimento Pereira, que trabalha com costura, fardamento, bordados e serigrafia usou o Acredita no Primeiro Passo para ampliar seus negócios. Seu objetivo é buscar a independência financeira, formalizar a abertura de um MEI, se programar para uma aposentadoria protegida, melhorar a segurança do trabalho e ter um futuro melhor. A beneficiária do Programa Bolsa Família está confiante na possibilidade de ampliar a marca. “É só o começo, pretendo expor em feiras, avançar bastante”, afirma.
- Em Juiz de Fora (MG) foi concluída a primeira turma do Programa “Talento na Nuvem para Mulheres”, iniciativa que capacita mulheres em tecnologia e programação, ampliando suas oportunidades de trabalho. Pelo Programa Acredita no Primeiro Passo, mulheres do Cadastro Único foram selecionadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e passaram por capacitação profissional, sendo incluídas no ambiente do setor de tecnologia da informação que promove a conexão com potenciais empregadores.

Esses exemplos demonstram que, com o suporte certo, políticas sociais não apenas atendem necessidades imediatas, mas também abrem portas para um futuro mais promissor, caracterizado por novos conhecimentos, empreendimentos e oportunidades de trabalho. Eles ilustram como o Governo Federal, por meio do Programa Acredita no Primeiro Passo, tem trabalhado para criar condições favoráveis ao desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos, gerando transformação e esperança para milhões de brasileiros.



4.

O que fundamenta o programa?

acredita
no primeiro passo



Como pode ser evidenciado nas seções anteriores, o Programa Acredita no Primeiro Passo surge como uma iniciativa estratégica do Governo Federal, por meio do MDS, em colaboração com estados, Distrito Federal, prefeituras, organizações públicas, setores empregadores e a sociedade civil, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de cidadãos em situação de vulnerabilidade. A principal missão do programa é superar a exclusão e fomentar a autonomia socioeconômica e qualidade de vida dos indivíduos que integram o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Assim, por meio de ações articuladas, o programa busca aumentar a renda, valorizar o trabalho e impulsionar as capacidades empreendedoras da população, com foco em qualificações profissionais e inserção no mercado de trabalho, seja por meio do emprego formal, seja no incentivo ao empreendedorismo. O público-alvo do programa são pessoas cujas informações no CadÚnico estejam atualizadas, sendo priorizados os grupos mais vulneráveis, como pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas. Assim, o programa alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando combater a desigualdade social e a pobreza, criando oportunidades inclusivas para a superação das condições de vulnerabilidade social.

4.1 As leis e políticas que garantem sua execução

A execução do Programa Acredita no Primeiro Passo é garantida por um conjunto robusto de normas e políticas públicas que visam assegurar sua implementação eficaz e transparente. A principal base normativa do programa é a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, que instituiu oficialmente o Acredita no Primeiro Passo, delineando sua missão, objetivos e parâmetros de atuação.

Além disso, a regulamentação do programa é complementada pelas Portarias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), como a Portaria MDS nº 997, que estabelece as diretrizes operacionais do programa, e a Portaria MDS nº 998, que regulamenta a atuação dos agentes estruturadores de negócios. A Portaria MDS nº 1.011 define o limite da taxa de juros para o acesso ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), um dos mecanismos financeiros que possibilita o financiamento das iniciativas de microcrédito.

Outro aspecto fundamental da base normativa do programa é o sistema de credenciamento de instituições ofertantes, que facilita a integração de diversos agentes na execução das ações previstas. O Estatuto do Fundo Garantidor (FGO) também garante a sustentabilidade financeira do programa, criando as condições necessárias para o acesso a crédito produtivo orientado de forma segura e acessível.

Por fim, a Portaria MDS (ainda aguardando PLN) que disciplina o pagamento da subvenção dos agentes estruturadores reforça a estruturação do programa, assegurando que as ações sejam conduzidas por profissionais capacitados e comprometidos com os objetivos de inclusão social e econômica.

Essa base normativa sólida e bem definida contribui para que o Acredita no Primeiro Passo não apenas atenda às demandas imediatas de inclusão social e econômica, mas também promova transformações duradouras nas condições de vida dos cidadãos mais vulneráveis. A implementação eficaz do programa, respaldada por essas políticas públicas, garante sua continuidade e expansão, consolidando-o como uma ferramenta estratégica para a redução das desigualdades no Brasil. Com isso, o programa se firma como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa, com oportunidades reais de emprego, educação e autonomia para aqueles que mais necessitam.

4.2 Marco Lógico do programa

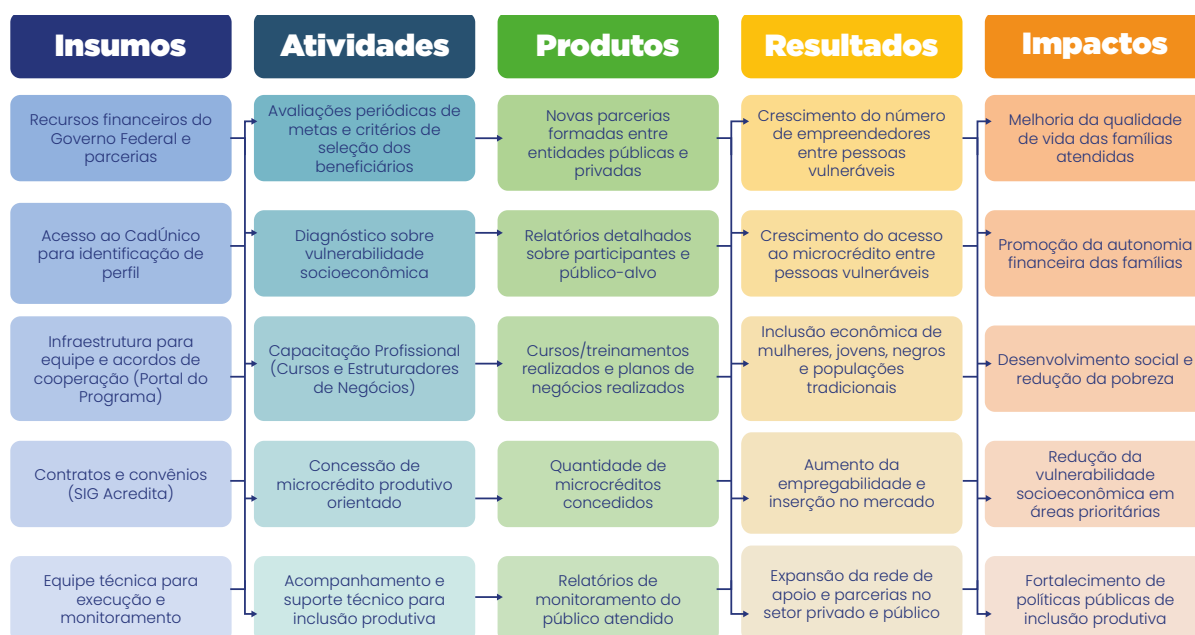
O Marco Lógico será uma ferramenta crucial para o planejamento, monitoramento e avaliação do Programa Acredita no Primeiro Passo, permitindo uma visão e conexão clara dos seus objetivos, atividades, resultados esperados e indicadores de acompanhamento e de sucesso. Antes de apresentar o Marco Lógico é importante reforçar o objetivo geral do programa, de promover a inclusão socioeconômica, a autonomia financeira e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em situação de vulnerabilidade no Brasil, com foco nas pessoas cadastradas no CadÚnico, ampliando o acesso ao mercado de trabalho formal e ao empreendedorismo.

Além disso, os objetivos específicos incluem: aumentar a renda da população vulnerável, reduzir a desigualdade social e a pobreza, incentivar a inclusão no mercado de trabalho, fomentar as capacidades empreendedoras, e priorizar o atendimento a pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e membros de populações tradicionais e ribeirinhas. Com isso, busca-se contribuir para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase em erradicar a pobreza (ODS 1), garantir educação de qualidade (ODS 4), promo-

ver trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), e reduzir desigualdades (ODS 10), visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Tendo como base esses objetivos e a regulamentação do programa, elaborou-se a **Figura 4.2** abaixo, que apresenta o detalhamento do Marco Lógico do Programa Acredita no Primeiro Passo.

Figura 4.2: Marco Lógico do Programa Acredita no Primeiro Passo



Fonte: FGV a partir de informações do MDS, 2025.

Conforme estabelecido pela legislação vigente, a implementação do Programa Acredita no Primeiro Passo exige diagnósticos baseados em indicadores robustos, capazes de demonstrar a mitigação dos desafios identificados na sua formulação. Esse processo permitirá a identificação de áreas que necessitam de ajustes, assegurando transparência e *accountability* por meio de um ciclo contínuo de monitoramento e avaliação. Com base no Marco Lógico, será estruturado um conjunto de indicadores e métricas específicas para medir o progresso de cada ação prevista, acompanhados de fontes de verificação confiáveis, possibilitando uma análise comparativa eficaz e a tomada de decisões fundamentadas.

4.3 Exemplos bem-sucedidos no Brasil e no mundo

Nas últimas décadas, as políticas de apoio a trabalhadores e empreendedores se consolidaram como ferramentas essenciais no combate à pobreza, especialmente em países de baixa e média renda. O objetivo central dessas políticas tem sido aumentar a participação no mercado de trabalho, incentivar o empreendedorismo e promover a criação de novos negócios, com o intuito de melhorar as condições de vida dos beneficiários. Diversos estudos têm analisado a eficácia dessas intervenções, abordando tanto as políticas de proteção social e trabalho quanto o apoio a microempreendedores. A seguir, exploramos exemplos bem-sucedidos dessas políticas em duas áreas específicas: (i) Políticas de Proteção Social e Trabalho e (ii) Apoio a Microempreendedores no Mundo.

4.3.1 Políticas de Proteção Social e Trabalho

As intervenções de proteção social e trabalho (SPL, do inglês *Social Protection and Labor*) visam criar oportunidades por meio de políticas que reduzem a pobreza e melhoram o bem-estar social. Os instrumentos de SPL são divididos em três categorias principais: programas de assistência social, programas voltados para o mercado de trabalho e programas de seguridade social (BANCO MUNDIAL, 2018). Abaixo são apresentados alguns estudos que buscaram avaliar as experiências de implementação dessas iniciativas no Brasil e no mundo.

Políticas de Assistência Social

As políticas de assistência social incluem programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e programas de incentivo ao trabalho público, como o Programa de Proteção de Produtividade Urbana da Etiópia (UPSNP, do inglês *Urban Productive Safety Net Program*), e o Programa Londõ na República Centro-Africana.

Programas de trabalho público, junto com programas de transferência direta de renda, têm sido formas populares de combater a pobreza. Nos programas de incentivo ao trabalho público, o setor público oferece emprego a famílias em situação de pobreza. Por exemplo, o Programa de Segurança Produtiva

Urbana da Etiópia oferece emprego a famílias em situação de pobreza na cidade de Addis Ababa, em pequenos projetos nas suas vizinhanças, por um período máximo de três anos.

Ao analisar os efeitos diretos e indiretos do UPSNP no mercado de trabalho e no bem-estar social local, Franklin *et al.* (2024) identificaram melhorias significativas no bem-estar das comunidades participantes. Os efeitos positivos do programa se estendem além dos indivíduos diretamente beneficiados, impactando a economia e a comunidade local como um todo. Esse fenômeno, conhecido como *spillover effect* (efeito de transbordamento), gera ganhos sociais importantes ao impulsionar a economia local. O estudo aponta que o UPSNP tem um efeito positivo sobre os salários no mercado de trabalho privado nas áreas atendidas e, ao considerar esses efeitos de transbordamento, os ganhos de bem-estar superam aqueles promovidos por políticas de transferência direta de renda.

Alik-Lagrange *et al.* (2023) analisam o impacto do programa de trabalho público Londõ, implementado em um país onde cerca de 70% da população vive abaixo da linha de pobreza. O programa oferece um esquema temporário de emprego para famílias vulneráveis, com os beneficiários sendo selecionados por meio de uma loteria pública. Os participantes receberam salários por 40 dias de trabalho, além de uma bicicleta para facilitar o transporte até o local de trabalho. O objetivo do Londõ é duplo: incentivar as famílias a saírem da extrema pobreza e melhorar a infraestrutura pública. Como resultado, os participantes tiveram um aumento de aproximadamente 10% na renda mensal, além de uma elevação na produtividade. Programas como o Londõ e o UPSNP têm ganhado destaque no debate público e acadêmico nas últimas décadas, principalmente devido aos efeitos positivos no bem-estar das comunidades atendidas.

Programas de Mercado de Trabalho

Apesar da popularidade dos programas de assistência social, as intervenções voltadas para o mercado de trabalho também têm se destacado. Essas políticas, que visam apoiar indivíduos em situação de desemprego, são divididas em duas categorias: passivas e ativas. Os programas passivos, como o seguro-desemprego, são desenhados para mitigar as flutuações na renda causadas pelo desemprego transitório. Já os programas ativos buscam capacitar os indivíduos com as habilidades demandadas pelas empresas ou facilitar a intermediação de empregos, conectando diretamente os trabalhadores com potenciais empregadores (BANCO MUNDIAL, 2018).

Os programas ativos de mercado de trabalho (ALMPs, do inglês *Active Labor Market Programs*) podem assumir diversas formas, dependendo dos objetivos da política implementada. De modo geral, as políticas ativas de mercado de trabalho são ações governamentais voltadas para aumentar a oferta de empregos e melhorar o alinhamento entre as vagas disponíveis e os trabalhadores. Seus objetivos principais incluem reduzir a concentração no mercado de trabalho, aumentar a empregabilidade, os rendimentos e a produtividade, diminuir o desemprego e a dependência de subsídios, além de promover a integração de mais pessoas no mercado de trabalho.

De acordo com o relatório do Banco Mundial em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (2024), os ALMPs têm um impacto significativo na melhoria das perspectivas de emprego e renda para indivíduos entre 15 e 24 anos em países de renda baixa e média, sendo considerados políticas essenciais para assegurar oportunidades de trabalho para jovens. Card, Kluve e Weber (2017) versam que programas realizados em parceria com o setor privado aumentam a probabilidade de emprego no médio e longo prazo.

Na América Latina, o Subsídio ao Emprego Jovem (SEJ, do espanhol *Subsidio al Empleo Joven*) no Chile é um exemplo de ALMPs. Este programa oferece um benefício econômico às empresas privadas, concedido pelo Serviço Nacional de Capacitação e Emprego (SENCE), com o objetivo de incentivar a contratação de jovens entre 18 e 24 anos que estejam inscritos no Cadastro Social de Domicílio (RSH, do espanhol *Registro Social de Hogares*). Na Argentina, o Programa de Recuperação e Sustentação Produtiva (REPRO, do espanhol *Programa de Recuperación y Sostenimiento Productivo*) oferece um subsídio destinado ao pagamento de 50% do salário de trabalhadores de empresas em dificuldades financeiras, visando auxiliar empresas privadas em situações críticas para evitar demissões e a perda de renda dos trabalhadores.

Programas de treinamento também são uma forma popular de ALMPs. Um exemplo é o programa *Jóvenes Productivos*, uma iniciativa do governo peruano voltada para melhorar a empregabilidade de jovens em situação de pobreza no país. Promovido pelo Ministério do Trabalho do Peru, o programa capacita jovens a partir de 15 anos, ajudando-os a ingressar no mercado de trabalho formal.

Para o Brasil, Da Mata, Oliveira e Silva (2023) analisam os efeitos do Programa Subsequente (PROSUB), um programa do governo do Estado da Bahia de treinamento vocacional/profissional voltado para o aprimoramento das habilidades de trabalhadores vulneráveis, sobre a participação no emprego formal. O PROSUB, com duração de 24 meses, é destinado a estudantes que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas e tem como objetivo auxiliar esses indivíduos na inserção no mercado de trabalho formal. O programa combina aulas

teóricas com estágios práticos e oferece uma variedade de cursos voltados para diferentes setores. Os resultados encontrados pelos autores indicam um efeito positivo na participação das mulheres graduadas no programa no mercado de trabalho formal, especialmente em cursos voltados para o setor de serviços, que conta com uma alta participação da mão de obra feminina.

Programas de Seguridade Social

Os programas de seguridade social são intervenções criadas para ajudar indivíduos a lidar com choques de renda, como envelhecimento, doenças ou desastres naturais. Diferentemente dos programas de assistência social, os programas de seguro social são contributivos, exigindo que os indivíduos paguem um prêmio de seguro para se tornarem elegíveis à cobertura, ou contribuam com uma parte de sua renda para um seguro obrigatório (BANCO MUNDIAL, 2018). Exemplos comuns incluem previdência social, seguro-saúde e benefícios de maternidade e paternidade. Como esses programas são desenhados para substituir a renda do trabalho dos beneficiários, a proporção de indivíduos atendidos é maior em países de renda alta. O Relatório do Banco Mundial (2018) aponta que os programas de seguro social são mais frequentes nesses países, cobrindo cerca de 60% do quintil mais pobre da população.

No entanto, por serem contributivos, muitos programas de seguro social acabam excluindo uma parte significativa da população mais pobre, tendendo a se restringir a trabalhadores formais ou àqueles de setores específicos. Para mitigar essa limitação, muitos países integram programas de seguro social e assistência social. Um exemplo popular dessa integração são os programas de pensão social, que visam compensar a perda de renda de indivíduos sem direito ao seguro social. As pensões sociais, sendo programas não contributivos, são geralmente voltadas para a proteção de idosos (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 38). Guven e Leite (2016) exploram o papel das pensões sociais em 12 países da África Subsaariana, mostrando que, nesses contextos, esse instrumento é essencial para preencher a lacuna deixada pelos programas de seguro social.

4.3.2 Estudos sobre Apoio a Microempreendedores

Esta subseção revisa a literatura recente em economia sobre políticas de apoio para pequenos negócios em países de baixa renda. Os principais tópicos abordados incluem a distinção entre o autoemprego por necessidade e o autoemprego como opção/vocação, os efeitos do treinamento empresarial, as barreiras à contratação de funcionários, os impactos do acesso ao crédito e outros serviços financeiros e os determinantes e as consequências de ingressar no setor formal da economia.

Descoberta de Microempreendedorismo por “Vocação”

O microempreendedorismo tem sido estudado sob diversas perspectivas, incluindo as motivações para a escolha dessa atividade, que podem variar entre necessidades econômicas e aspirações de crescimento. O conceito de empreendedorismo por necessidade, conforme definido por Dencker *et al.* (2021), refere-se ao comportamento empreendedor motivado pela escassez de opções de emprego ou pela falta de alternativas no mercado de trabalho, levando indivíduos a iniciar seus próprios negócios como uma forma de sobrevivência econômica. Esse tipo de empreendedorismo é caracterizado por uma busca forçada por soluções diante de condições adversas, como o desemprego ou a precariedade das oportunidades formais de trabalho. Além disso, é relevante uma análise mais profunda sobre as capacidades e habilidades empreendedoras envolvidas nesse contexto.

Embora o empreendedorismo por necessidade seja frequentemente associado a uma falta de recursos ou apoio, os indivíduos que o praticam ainda demonstram uma série de habilidades, como a capacidade de identificar oportunidades, assumir riscos, administrar recursos limitados e inovar em ambientes de incerteza. Essas competências, muitas vezes adquiridas por experiência prática, são essenciais para a sustentabilidade e o sucesso dos negócios gerados por essa motivação, e devem ser reconhecidas como fatores determinantes para o crescimento e a adaptação desses empreendedores ao mercado.

A literatura aponta que, em muitos casos, os microempreendedores optam por essa atividade não por vocação, mas como uma resposta à falta de opções de emprego formal. No entanto, diversos estudos têm mostrado que, quando direcionados adequadamente, programas de apoio podem gerar im-

pactos positivos significativos para os microempreendedores, promovendo o crescimento das empresas e o aumento da geração de renda.

Um exemplo é o estudo de *McKenzie* (2017), que analisou o impacto de um concurso de planos de negócios realizado na Nigéria, o programa YouWiN. Esse concurso forneceu um incentivo financeiro de 50.000 USD para empreendedores com ideias inovadoras. Os resultados mostraram um aumento significativo nas taxas de entrada e sobrevivência de empresas, além de um crescimento nas vendas, lucros e número de funcionários. A experiência da Nigéria demonstra que, com o apoio adequado, os microempresários podem não apenas superar desafios iniciais, mas também expandir suas operações e alcançar níveis mais altos de sucesso.

Outro estudo relevante é o de *Hussam et al.* (publicação em breve), que investigou a utilização de classificações comunitárias para identificar microempreendedores com alto retorno marginal de capital em vilarejos da Índia. Ao fornecer uma pequena quantia de 100 USD para empreendedores classificados como de alto potencial pela comunidade, os pesquisadores observaram que os classificados com maior potencial apresentaram um aumento significativo nos lucros, o que sugere que é possível identificar microempresários promissores e proporcionar a eles o suporte necessário para prosperar. Essa abordagem evidencia como intervenções baseadas em avaliações locais podem ser eficazes para alavancar os negócios de alto potencial.

Além disso, *Grimm et al.* (2012) classificam as microempresas que possuem características observáveis de empresas de alto desempenho, mas que, devido às limitações de acesso a crédito e recursos, não conseguem alcançar seu pleno potencial. Programas de microcrédito direcionados especificamente para esse grupo, com a oferta de empréstimos a taxas favoráveis, poderiam, portanto, gerar retornos substanciais, não apenas para os próprios microempresários, mas para a economia local de forma geral. A literatura sugere que, ao identificar e apoiar esses empreendedores de alto potencial, é possível gerar um ciclo virtuoso de crescimento e inovação.

No contexto de programas de microcrédito, *Banerjee et al.* (2019) observaram que a distinção entre empreendedores que têm grandes ambições de crescimento e aqueles que, por necessidade, se envolvem com o microempreendedorismo pode ser crucial para a implementação de políticas públicas mais eficazes. Enquanto muitos microempresários iniciam seus negócios como uma alternativa à falta de emprego, um subconjunto desses empreendedores, com ambições maiores, pode se beneficiar substancialmente de um suporte direcionado. O estudo sugere que programas de capacitação e microcrédito, quando bem direcionados, podem permitir que microempreendedores consigam superar obstáculos financeiros e expandam suas operações.

Esses estudos exemplificam como intervenções bem estruturadas podem transformar a realidade dos microempresários, promovendo o crescimento de suas empresas e melhorando suas condições econômicas. Em particular, a combinação de apoio financeiro, capacitação e estratégias de identificação de empreendedores com alto potencial pode gerar benefícios substanciais, tanto para os indivíduos quanto para as economias locais. Portanto, o microempreendedorismo, quando apoiado por políticas públicas eficazes, tem o potencial de não apenas oferecer uma saída para aqueles em situação de vulnerabilidade, mas também de impulsionar o desenvolvimento econômico de forma sustentável e inclusiva.

Programas de Treinamento Empresarial

Diversos estudos recentes destacam também os impactos positivos de treinamentos empresariais sobre o desempenho de microempreendedores, especialmente no que diz respeito ao aumento de lucros, taxas de sobrevivência e crescimento dos negócios no longo e no curto prazo (Blattman *et al.* 2016; McKenzie e Puerto 2021; Mano *et al.* 2012; de Mel *et al.* 2014; Field *et al.* 2016). Esses treinamentos, por sua vez, são fundamentais para promover o conceito de educação empreendedora, permitindo que os microempreendedores evoluam de um modelo de empreendedorismo de necessidade para um modelo mais robusto de empreendedorismo de negócios, com foco em oportunidades de crescimento sustentável e inovação.

Um estudo relevante nessa temática é o de Klinger e Schündeln (2011), que avaliaram as atividades de treinamento empresarial da organização sem fins lucrativos TechnoServe em El Salvador, Guatemala e Nicarágua. O treinamento foi oferecido em competições de planos de negócios, onde os participantes que avançavam para as fases seguintes recebiam capacitação adicional. O treinamento resultou em um aumento de até 40 pontos percentuais na probabilidade de iniciar ou expandir um negócio, demonstrando o impacto positivo dessa intervenção.

Outro estudo, de McKenzie e Puerto (2021), conduzido no Quênia, revelou que microempresas cujos proprietários participaram de treinamentos apresentaram 18% mais vendas e 15% mais lucros após três anos, além de melhor saúde mental e padrão de vida percebido. Esses ganhos foram obtidos apesar de os efeitos de transbordamento sobre empresas não treinadas serem insignificantes após o período de análise.

Na área de treinamento psicológico, Campos *et al.* (2017) avaliaram o programa de “iniciativa pessoal” (PI) no Togo, que promoveu melhorias na mentalidade empreendedora, proatividade e superação de obstáculos. Esse treinamento resultou em um aumento de 30% nos lucros, em média, nos dois anos e meio após a intervenção. O custo-benefício do programa foi destacado, com os participantes recuperando o investimento em treinamento em aproximadamente um ano, graças aos lucros adicionais.

O papel da mentoria também foi investigado. Brooks *et al.* (2018) realizaram um estudo no Quênia rural, conectando empreendedoras inexperientes com mentores da mesma comunidade. A mentoria gerou reduções significativas nos custos de fornecimento e aumento de lucros, destacando a importância do apoio e da inspiração na capacitação empresarial.

No contexto de intervenções combinadas, Dalton *et al.* (2021) testaram uma abordagem híbrida na Indonésia, unindo treinamento empresarial tradicional com consultoria leve. O estudo demonstrou que quando o treinamento incluiu visitas curtas para auxiliar na implementação, os lucros aumentaram, evidenciando a eficácia do suporte personalizado aliado ao aprendizado teórico. Estudos como os de Field *et al.* (2016) e Lafortune *et al.* (2018) também apontam que o treinamento pode elevar as aspirações dos participantes, impactando positivamente os resultados empresariais, especialmente para mulheres em contextos desafiadores.

De forma geral, a literatura demonstra que treinamentos empresariais, combinados com abordagens práticas e personalizadas, podem gerar resultados positivos e sustentáveis para microempreendedores, promovendo crescimento econômico e melhorias nas condições de vida. Em síntese, os estudos analisados indicam que programas bem estruturados de treinamento e apoio ao empreendedorismo podem gerar benefícios expressivos para microempresas, contribuindo para maior estabilidade financeira, resiliência e bem-estar dos participantes. Futuros esforços devem buscar replicar essas intervenções em diferentes contextos, incorporando inovações que aumentem a efetividade e a sustentabilidade dos resultados.

Outra literatura relacionada, focada em programas voltados para a inserção de trabalhadores em microempresas, tem identificado diversas barreiras para a contratação de novos funcionários, especialmente em economias em desenvolvimento. Um conjunto de estudos focou também nos efeitos positivos de programas que visam superar essas barreiras, gerando impactos significativos tanto para as empresas quanto para os trabalhadores. E particular, os estudos (Carranza *et al.* (2020); Bassi e Nansamba (2025); Alfonsi *et al.* (2020); Kelley *et al.* (2019)) sugerem que, embora as microempresas enfrentem desafios substanciais para contratar e reter trabalhadores, programas que aumentam a

informação disponível, oferecem treinamento ou fornecem apoio financeiro têm o potencial de gerar impactos positivos. Além disso, a adoção de tecnologias inovadoras pode melhorar a eficiência operacional, levando a ganhos para os proprietários e, em alguns casos, benefícios para os trabalhadores. Ao superar as fricções informacionais e financeiras, tais programas podem contribuir significativamente para o crescimento das microempresas e a criação de emprego em contextos de alto desemprego juvenil.

Programas de Apoio Financeiro e Crédito para Microempresas

Vários estudos destacam os resultados positivos gerados por programas de apoio financeiro e crédito para microempresas. Esses programas têm mostrado efeitos benéficos na geração de receita, ampliação da produção e adoção de práticas formais de gestão, com impacto significativo, principalmente entre microempresários e microempresárias que enfrentam dificuldades em acessar recursos financeiros.

Um estudo de de Mel *et al.* (2008) que forneceu subsídios em dinheiro para microempresas no Sri Lanka revelou que os fundos aumentaram significativamente o estoque de capital das empresas e resultaram em um aumento nos lucros. Empresas que receberam um subsídio de 100 USD aumentaram seus lucros em 5 USD por mês, o que representou um retorno de 60% ao ano. Esse aumento foi persistente por até cinco anos após a intervenção (de Mel *et al.*, 2012), evidenciando a eficácia de uma injeção inicial de capital na promoção do crescimento sustentável.

Outro estudo importante é o de Blattman *et al.* (2014), que analisaram o impacto de subsídios em dinheiro destinados à promoção do empreendedorismo entre jovens na Uganda pós-guerra. O programa resultou em maiores ganhos, mais horas de trabalho e um aumento no capital acumulado, especialmente para mulheres. As participantes também adotaram práticas empresariais formais, como contabilidade e pagamento de impostos. A evidência sugere que as mulheres se beneficiaram mais da intervenção devido a restrições de crédito mais severas.

Em Uganda, Fiala (2018) comparou os efeitos de empréstimos e subsídios em microempresas, constatando que os empréstimos resultaram em aumentos de 50% nos lucros, com uma possível explicação para esse efeito positivo sendo a obrigação de pagamento, que incentivou os empreendedores a realizar investimentos mais produtivos. A comparação entre empréstimos e sub-

sídios destaca a importância da estrutura do crédito na geração de benefícios mais duradouros.

Fafchamps *et al.* (2014) realizaram um estudo semelhante em Gana, onde ofereceram subsídios em dinheiro e em espécie a pequenas empresas. Os resultados indicaram que os subsídios em espécie, que permitiram aos empresários escolher os itens de capital, tiveram um impacto maior nos lucros. Esses achados reforçam a importância de adaptar os programas de apoio às necessidades específicas dos empreendedores, com destaque para a efetividade dos recursos em espécie em determinadas circunstâncias.

Além disso, o estudo de Blattman *et al.* (2016) sobre um subsídio em dinheiro de 150 USD e treinamento empresarial para mulheres em Uganda também revelou um impacto significativo nas atividades empreendedoras e no aumento da renda das participantes. A combinação de treinamento sobre dinâmica de grupo e apoio financeiro resultou em melhorias consideráveis nas condições empresariais das mulheres, promovendo o crescimento da renda e das atividades comerciais.

Haushofer e Shapiro (2016) analisaram o efeito de transferências monetárias, combinada para indivíduos pobres no Quênia e encontraram um aumento de 33% na receita de autônomos e um aumento de 50% nos gastos com negócios. O estudo mostra que apoio financeiro para pequenos negócios pode ter efeitos substanciais na melhoria das condições de trabalho e geração de receita.

Do ponto de vista do empreendedorismo, o Brasil historicamente enfrenta diversas barreiras ao seu desenvolvimento, incluindo a informalidade, a burocracia excessiva, a escassez de capital e a falta de conhecimento técnico-gerencial. Segundo Ulyssea (2018), a informalidade empresarial tem impacto significativo no desenvolvimento econômico do país, manifestando-se em duas principais frentes: a falta de registro da empresa e a contratação informal, esta última persistindo mesmo entre empresas formalizadas. Os principais fatores que levam à opção pela informalidade incluem os elevados custos de formalização, os benefícios relativamente baixos da formalização — que, embora ofereça acesso a mercados formais, crédito e proteção legal, ainda não superam os custos associados — e a fiscalização. Pequenas empresas e setores altamente competitivos tendem a optar pela informalidade como uma escolha racional, dado o peso das regulamentações. Para enfrentar esse desafio, Ulyssea sugere políticas que simplifiquem o ambiente regulatório e ofereçam incentivos concretos à formalização.

A dimensão da informalidade no Brasil foi evidenciada em estudo organizado, por de Andrade, Bruhn e McKenzie (2013), que avaliou intervenções governamentais na cidade de Belo Horizonte para incentivar a formalização de em-

presas informais. O experimento controlado aleatório envolveu mais de dez mil microempreendedores, divididos em quatro grupos, cada um exposto a diferentes incentivos: (a) informações sobre os benefícios da formalização e isenção de custos iniciais; (b) assistência para facilitar o registro da empresa; (c) notificação sobre o aumento da fiscalização governamental; e (d) grupo de controle sem intervenção. Os resultados indicaram que apenas a ameaça de maior fiscalização gerou um impacto significativo na formalização, enquanto incentivos financeiros e suporte técnico, isoladamente, tiveram efeitos limitados. Os autores concluíram que políticas eficazes devem combinar múltiplas estratégias, incluindo incentivos financeiros, assistência técnica e fiscalização mais rigorosa. Além disso, enfatizaram a necessidade de uma revisão regulatória voltada à redução de custos, simplificação burocrática e ampliação dos benefícios associados à formalização.

Nesse contexto de desafios à formalização, insere-se a segunda perspectiva analisada: a ampliação do microcrédito como política pública. O estudo pioneiro “Access to Financial Services in Brazil” (Kumar, 2005), publicado pelo Banco Mundial, revelou que, à época, 98% das 4,1 milhões de micro e pequenas empresas eram responsáveis por 45% do emprego formal e mais de 60% dos empregos urbanos. No entanto, estimava-se a existência de cerca de 14 milhões de microempresas informais. Apesar do crescimento no número de clientes atendidos por instituições de microfinanças — de aproximadamente 3 mil em 1995 para 160 mil em 2001 —, a penetração do microcrédito no país ainda era baixa, especialmente em comparação com outros países da América Latina.

A partir dos anos 1990, mudanças no cenário brasileiro favoreceram a expansão das microfinanças. Como marcos destas experiências, pode-se citar: (a) o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), desenvolvido em 1996 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), focou no fortalecimento das organizações especializadas em microcrédito, servindo como modelo provedor de recursos financeiros para estas instituições; (b) o Programa CrediAmigo, lançado pelo Banco do Nordeste (BNB) em 1998, atuou na oferta de microcrédito para pequenos empreendedores de baixa renda na região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, se tornando um dos maiores programas deste tipo no país; (c) o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), administrado desde 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), focou na disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado, baseado na relação entre os microempreendedores com os agentes de crédito, responsáveis pela orientação e acompanhamento dos financiamentos; (d) o AgroAmigo, criado em 2005 pelo Banco do Nordeste, utiliza metodologia do PNMPO para agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf); (e) o Programa Crescer, lançado pelo Governo Federal em 2011 no âmbito

do Plano Brasil Sem Miséria e do PNMPO, esteve voltado para a concessão de subvenções econômicas a instituições financeiras que realizassem operações de microcrédito produtivo orientado. No entanto, apesar das múltiplas experiências, o alcance do microcrédito permaneceu limitado, e, conforme Ulyssea (2018), a alta informalidade e a falta de conhecimento técnico-gerencial ainda representam obstáculos significativos.

Estudos recentes reforçam essa perspectiva. Skoufias, Leite e Narita (2013) analisaram dados de programas de microfinanças para avaliar o impacto do acesso ao microcrédito sobre o desempenho de pequenas empresas. Os resultados indicaram que a maioria dos empreendedores utilizou o crédito para aquisição de equipamentos, expansão de estoques e melhoria da infraestrutura do negócio, embora uma parcela significativa tenha direcionado parte dos recursos para consumo pessoal. Empresas que investiram na produção experimentaram crescimento nas receitas e nos lucros, mas sem um aumento proporcional no número de empregados, sugerindo que o impacto do microcrédito se concentra mais na estabilidade e no fortalecimento dos negócios do que na geração de empregos.

Em estudo mais recente, Bettoni, Santos e Oliveira Filho (2023) analisaram dados de uma fintech privada de microcrédito no Nordeste do Brasil entre 2016 e 2019. Além de examinar o impacto do crédito sobre os microempreendedores, os autores consideraram o impacto histórico de políticas governamentais voltadas à ampliação do setor privado na concessão de microcrédito, como a criação da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), a destinação de até 2% dos depósitos compulsórios dos bancos para microcrédito e a implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Em 2013, apenas 6% das cerca de dez milhões de pequenas empresas brasileiras com até cinco funcionários haviam recorrido a empréstimos nos três meses anteriores à pesquisa, ilustrando o desafio da inclusão financeira.

Os resultados do estudo indicaram que o microcrédito impulsionou a compra de equipamentos, expansão de estoques e melhorias na infraestrutura dos negócios, corroborando achados de Skoufias, Leite e Narita (2013). O impacto foi especialmente positivo para empreendedores de baixa renda, historicamente excluídos do sistema bancário formal. No entanto, o efeito sobre a geração de empregos foi modesto, sugerindo que o microcrédito contribui mais para a resiliência dos negócios do que para sua expansão em larga escala. Além disso, muitos microempreendedores enfrentam dificuldades para utilizar o crédito de forma eficiente devido à falta de conhecimento gerencial. Algumas experiências brasileiras implementaram ações relevantes para enfrentar esta dificuldade. Um bom exemplo é a participação dos agentes de crédito incentivado na oferta de microcrédito. O papel desses profissionais é

a aproximação com os empreendimentos e os empreendedores que buscam o financiamento. Além de formalizarem o crédito solicitado, após identificarem a sua viabilidade, os agentes também acompanham o processo pós-crédito, realizam monitoramento e cobranças.

Dessa forma, observa-se que, embora o microcrédito possa melhorar o desempenho dos pequenos negócios, sua efetividade depende de políticas complementares que mitiguem barreiras estruturais e promovam capacitação técnica. Isso reforça a ideia de que os benefícios da formalização e do acesso ao crédito ainda não superam os custos percebidos pelos empreendedores, tornando essencial a implementação de medidas que tornem o ambiente de negócios mais acessível e eficiente.

Os estudos apresentados nessa seção indicam que a combinação de apoio financeiro e capacitação pode gerar resultados positivos na expansão dos negócios e na melhoria das condições econômicas dos microempresários. Contudo, o impacto dessa combinação pode variar de acordo com o tipo de apoio oferecido, a estrutura de crédito e as características individuais dos beneficiários, como gênero e natureza do empreendimento. Além disso, a literatura aponta que o acesso ao microcrédito tem o potencial de fortalecer pequenos negócios, embora não deva ser visto como uma solução universal. Em vez disso, o microcrédito emerge como uma ferramenta estratégica para promover a inclusão socioeconômica e produtiva de empreendedores e suas regras e formato devem ser pensado de acordo com os contextos específicos.

Formalização e Estruturação de Pequenos Negócios

A formalização de microempresas em países em desenvolvimento tem sido amplamente debatida, com diferentes visões sobre seus impactos. Estudos recentes, no entanto, destacam os efeitos positivos que a formalização pode trazer para esses negócios, particularmente no que diz respeito ao acesso a mercados, crédito e melhoria de desempenho econômico.

De acordo com de Soto (1989, 2000), a informalidade pode restringir o crescimento das microempresas, pois estas carecem de acesso a capital e mercados maiores. A formalização, por sua vez, pode servir como um catalisador para o desenvolvimento empresarial. Intervenções que ajudam no processo de formalização têm sido estudadas com resultados promissores. Por exemplo, Campos *et al.* (2018) realizaram um experimento em Malawi, oferecendo assistência com os custos de registro e redução da burocracia. A taxa de formalização alcançou 75% nos grupos tratados, e, quando combinado com as-

sistência bancária, resultou em aumento de 20% nas vendas e 15% nos lucros, reduzindo ainda a restrição de crédito enfrentada pelas empresas.

Estudos também destacam a importância de incentivos financeiros para promover a formalização. De Mel *et al.* (2013) observaram, no Sri Lanka, que incentivos financeiros substanciais aumentaram significativamente a probabilidade de registro das empresas, alcançando uma taxa de formalização de 48% com o maior incentivo financeiro oferecido. Esses resultados sugerem que, ao reduzir os custos iniciais e demonstrar benefícios concretos, as empresas se sentem motivadas a formalizar suas operações.

Outro exemplo positivo vem do estudo de Benhassine *et al.* (2018) em Benin, que avaliou o impacto de um novo status de registro simplificado chamado “*entreprenant*”. A iniciativa, que reduzia significativamente os custos e a burocracia para registro, aumentou as taxas de formalização em até 16 pontos percentuais. Apesar de os impactos em vendas e lucros não terem sido significativos, o acesso a serviços bancários e contratos governamentais representou um avanço para muitas empresas.

No Brasil, Fajnzylber *et al.* (2011) analisaram os efeitos do programa SIMPLES, que reduziu a carga tributária para pequenas empresas. A política aumentou em 30% a probabilidade de registro das empresas criadas após sua implementação. Essas empresas também relataram maiores receitas, lucros e níveis de emprego, ilustrando os potenciais benefícios de políticas fiscais que incentivam a formalização.

Vale ainda destacar a regulamentação do Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil, por meio da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que tem como objetivo promover a formalização e o apoio a pequenos empresários que atuam por conta própria, facilitando o processo de legalização e proporcionando uma série de benefícios. A iniciativa oferece condições simplificadas para que trabalhadores autônomos possam se registrar, pagar impostos de forma reduzida e acessar direitos previdenciários, como aposentadoria e auxílio-doença. Além disso, o MEI garante acesso a crédito, o que impulsiona o crescimento de pequenos negócios, incentivando a inclusão social e a geração de empregos informais. A política tem se mostrado fundamental para fortalecer a economia local, especialmente em um contexto de informalidade e vulnerabilidade socioeconômica.

Esses estudos demonstram que, quando bem desenhadas, as intervenções para promover a formalização podem gerar impactos positivos substanciais, tanto para as empresas quanto para as pessoas e a economia em geral. As evidências sugerem que a redução de barreiras financeiras e burocráticas, combinada com incentivos claros, é uma estratégia eficaz para promover a formalização e melhorar o desempenho das microempresas.

Focalização das Políticas de Crédito e Treinamento

A focalização de políticas de crédito e treinamento em grupos vulneráveis tem sido amplamente discutida na literatura sobre desenvolvimento econômico e empreendedorismo. Diversos estudos indicam que fatores como gênero e contexto social impactam significativamente a efetividade dessas intervenções, tornando essencial o desenho de políticas que levem em consideração as desigualdades estruturais enfrentadas por determinados grupos.

Um dos principais desafios enfrentados por microempreendedores vulneráveis é a informalidade, que afeta especialmente mulheres. Benhassine *et al.* (2018) e Demenet *et al.* (2016) mostram que firmas lideradas por mulheres tendem a ser menos responsivas a incentivos para formalização, o que pode estar relacionado a barreiras estruturais e normativas. Estudos qualitativos sugerem que normas culturais e obrigações familiares frequentemente restringem as atividades empresariais de mulheres, limitando sua capacidade de expansão (Babbitt *et al.*, 2015).

Em muitos casos, o fornecimento de conhecimento empresarial não é suficiente para melhorar os resultados dos negócios femininos, pois restrições sociais e falta de autonomia impedem a aplicação desse conhecimento. Em um estudo no Paquistão, Giné e Mansuri (2019) mostram que, embora homens e mulheres adquiram conhecimento em treinamentos de negócios, apenas os homens traduzem esse aprendizado em melhores resultados empresariais, evidenciando o papel do contexto doméstico na efetividade dessas intervenções.

A interação social também tem impacto significativo no sucesso de treinamentos e políticas de crédito. Field *et al.* (2010, 2016) mostram que a possibilidade de participar de treinamentos acompanhadas de amigas ou familiares melhorou substancialmente os resultados de mulheres empreendedoras na Índia. Mulheres que participaram de treinamentos acompanhadas tiveram maiores volumes de negócios e maior renda familiar, além de maior propensão a se identificarem como microempreendedoras. Essa evidência sugere que redes de apoio são fundamentais para que mulheres superem restrições impostas por normas sociais. Outro fator determinante para a efetividade das políticas de crédito é a interação entre microcrédito e estrutura familiar. Estudos como os de de Mel *et al.* (2009) e Fafchamps *et al.* (2014) sugerem que a focalização de crédito para mulheres deve considerar o contexto doméstico e

criar mecanismos para garantir que o capital seja efetivamente investido em seus empreendimentos.

A literatura aponta que políticas de crédito e treinamento podem ser mais eficazes quando incorporam elementos que fortalecem a autonomia e aspirações dos beneficiários. Lafortune *et al.* (2018) mostram que visitas de empreendedoras bem-sucedidas aumentam a lucratividade dos negócios femininos no Chile, enquanto Brooks *et al.* (2018) demonstram que a mentoria melhora significativamente os resultados de mulheres empreendedoras no Quênia. Esses achados reforçam a importância de intervenções que vão além do fornecimento de capital ou treinamento técnico, enfatizando o desenvolvimento de redes de apoio e o fortalecimento da confiança e ambição dos beneficiários.

Assim, a focalização de políticas de microcrédito para pessoas vulneráveis deve levar em conta não apenas restrições financeiras, mas também desigualdades estruturais, como aquelas relacionadas ao gênero. Estudos indicam que mulheres enfrentam barreiras adicionais para formalizar e expandir seus negócios, muitas vezes devido a normas culturais, obrigações domésticas e menor acesso a redes de apoio. Além disso, políticas de crédito e treinamento tendem a ter impactos diferenciados entre homens e mulheres, pois restrições sociais limitam a aplicação efetiva do conhecimento adquirido. Assim, políticas que promovam autonomia e fortaleçam redes de apoio podem aumentar a efetividade dessas intervenções e contribuir para um desenvolvimento econômico mais inclusivo.

Além da questão de gênero, a focalização do microcrédito em grupos vulneráveis do ponto de vista socioeconômico pode ser economicamente eficiente, ao direcionar recursos para empreendedores com maior restrição de liquidez e potencial de crescimento. O mesmo raciocínio se aplica à focalização por raça, considerando que desigualdades históricas afetam o acesso a crédito e oportunidades de negócios. Políticas bem desenhadas podem não apenas reduzir desigualdades, mas também impulsionar a produtividade e a geração de renda nas camadas mais desfavorecidas da população.

4.4 A importância da capacitação para o sucesso do empreendedorismo e da empregabilidade

Como demonstrado nos principais achados da literatura apresentados na subseção anterior, a capacitação é um fator crucial para o sucesso e a sustentabilidade tanto do empreendedorismo quanto da empregabilidade. O desenvolvimento de habilidades por meio de programas como o Programa Acredita no Primeiro Passo exerce um impacto direto na competitividade de empreendedores e trabalhadores, permitindo-lhes adaptar-se de maneira ágil e eficaz às constantes mudanças e exigências do mercado.

No contexto do empreendedorismo, a capacitação fornece as competências essenciais para a gestão eficiente dos negócios, desde a concepção da ideia até sua consolidação e expansão. Ela abrange áreas fundamentais, como administração financeira, gestão estratégica, marketing e o uso de novas tecnologias, entre outras. Empreendedores capacitados possuem maior facilidade para identificar oportunidades, minimizar riscos e responder rapidamente às mudanças econômicas e de mercado, o que amplia significativamente suas chances de sucesso.

A relevância da capacitação também se estende à empregabilidade, especialmente em um cenário de transformações aceleradas na demanda por trabalho. O mercado de trabalho exige cada vez mais habilidades técnicas e comportamentais, como o domínio de ferramentas digitais, além de competências de comunicação, liderança e trabalho em equipe. Programas como o Acredita no Primeiro Passo têm o potencial de promover a formação integral e a preparação dos trabalhadores para se destacarem em um ambiente cada vez mais competitivo, além de permitir sua adaptação às novas formas de trabalho e às demandas organizacionais emergentes.

Além disso, a capacitação desempenha um papel fundamental na redução de desigualdades sociais e econômicas. Programas de qualificação profissional, especialmente aqueles voltados para grupos em situação de vulnerabilidade, possuem o poder de promover a inclusão social, melhorar a qualidade de vida e proporcionar melhores perspectivas de empregabilidade. Para os empreendedores, a capacitação se configura como uma ferramenta de empoderamento, permitindo-lhes tornar-se mais resilientes, informados e inovadores, o que não só fortalece seus negócios, mas também contribui para o desenvolvimento econômico local e regional.

Por fim, investir na capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, como proposto pelo Programa Acredita no Primeiro Passo, é uma estratégia crucial para o sucesso do empreendedorismo e para o aumento das

taxas de empregabilidade no Brasil. Através deste programa, os participantes não apenas se preparam para os novos desafios do mercado, mas também se tornam mais capacitados para transformar suas dificuldades em oportunidades, o que contribui para a criação de um ambiente de trabalho mais próspero e inclusivo. Vale destacar que a implementação de programas de capacitação como este pode gerar externalidades positivas que beneficiam não apenas os indivíduos diretamente afetados, mas também a sociedade como um todo. Ao fortalecer o perfil empreendedor e melhorar a empregabilidade de grupos vulneráveis, o programa tem o potencial de gerar um ciclo virtuoso de crescimento econômico local, bem como estimular a inovação e a diversificação do mercado de trabalho. Dessa forma, os impactos do Programa Acredita no Primeiro Passo superam seus beneficiários imediatos, contribuindo para uma economia mais resiliente e inclusiva, onde a prosperidade pode ser compartilhada de forma menos desproporcional entre os agentes econômicos.

5.

Impacto e futuro do programa



O Programa Acredita no Primeiro Passo tem o potencial de transformar a realidade socioeconômica de milhares de brasileiros em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão produtiva e a redução das desigualdades. Ao ampliar o acesso ao mercado de trabalho formal e fomentar o empreendedorismo sustentável, o programa contribui diretamente para o aumento da renda das famílias e o fortalecimento da economia local.

No longo prazo, espera-se que o programa gere impactos estruturais, como a diminuição da dependência de programas assistenciais, o crescimento da base de pequenos negócios formais e o fortalecimento da força de trabalho qualificada no país. Além disso, ao incentivar a inclusão de grupos historicamente marginalizados, o Acredita no Primeiro Passo desempenha um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Para garantir sua continuidade e evolução, o programa buscará ampliar parcerias com o setor privado, organismos internacionais e demais instituições que possam agregar expertise e recursos. Ademais, a incorporação de inovações tecnológicas e metodologias de ensino dinâmicas será essencial para manter sua efetividade e acompanhar as mudanças no mercado de trabalho e no cenário empreendedor.

5.1 Como ele será avaliado?

Critérios para medir seus resultados

A avaliação do Acredita no Primeiro Passo será conduzida por meio de um sistema robusto de indicadores que permitirão mensurar seu desempenho, impactos e sustentabilidade ao longo do tempo. Para isso, propõe-se a conversão do Marco Lógico em um conjunto de indicadores que parametrizem o progresso de cada ação prevista, estabelecendo também fontes de verificação e comparação para um monitoramento contínuo e preciso. Os critérios de avaliação serão estruturados em três eixos principais:

1. Efetividade – Medida pelo número de beneficiários que completam os cursos de qualificação, ingressam no mercado de trabalho ou obtêm acesso ao microcrédito produtivo orientado, além da participação dos estruturadores de negócios, mentorias, assistência técnica e redes de apoio ao empreendedorismo.

2. Impacto – Avaliação da evolução da renda dos beneficiários, da formalização de empreendimentos e do aumento da inserção no mercado de trabalho, utilizando como referência bases de dados oficiais, como Cadastro Único, Bolsa Família, RAIS, CAGED e Benefício de Prestação Continuada (BPC), possibilitando análises detalhadas do perfil dos participantes e seus avanços ao longo do tempo.

3. Sustentabilidade – Análise da capacidade do programa de manter e expandir suas ações por meio de parcerias estratégicas, do acompanhamento da taxa de permanência dos beneficiários no mercado de trabalho ou na atividade empreendedora e da ampliação da oferta de crédito e suporte a negócios.

Para garantir uma avaliação abrangente, serão utilizados diversos instrumentos, incluindo pesquisas de satisfação, estudos de caso, monitoramento de trajetórias profissionais e empresariais dos participantes e relatórios periódicos. A integração dos dados provenientes de diferentes bases permitirá comparações intertemporais e identificação de tendências, orientando ajustes estratégicos para maximizar os impactos do programa.

O compromisso com a transparência e *accountability* será assegurado por meio da publicação regular de análises e relatórios, garantindo que as ações do Acredita no Primeiro Passo estejam alinhadas às necessidades da população e contribuam efetivamente para a inclusão socioeconômica e a redução das desigualdades no Brasil.

5.2 Como ele pode crescer?

Expansão e integração com outras políticas públicas

O crescimento do Programa Acredita no Primeiro Passo depende da sua capacidade de expansão territorial e integração estratégica com outras políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva, o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. A ampliação do programa pode ocorrer por meio de três eixos principais: fortalecimento institucional, digitalização e articulação intersectorial.

O fortalecimento institucional passa pelo aprimoramento da governança e coordenação entre os diferentes ministérios envolvidos, garantindo que a estrutura do programa se mantenha eficiente e alinhada às necessidades da população atendida. A descentralização das ações, com maior participação de governos estaduais e municipais, pode tornar a implementação mais ágil e adaptada às realidades locais.

A digitalização dos serviços financeiros e de capacitação é um caminho essencial para ampliar o alcance do programa, especialmente em regiões de difícil acesso. O uso de tecnologias para concessão de microcrédito, monitoramento de negócios e oferta de capacitações online pode reduzir barreiras geográficas e burocráticas, permitindo que um maior número de empreendedores e trabalhadores informais se beneficiem das oportunidades oferecidas.

Por fim, a articulação intersectorial é um fator-chave para maximizar o impacto do programa. A integração com políticas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e iniciativas estaduais e municipais de fomento ao empreendedorismo pode criar uma rede de suporte mais robusta para os beneficiários. Além disso, a cooperação com programas de educação e qualificação profissional pode aumentar a efetividade das ações voltadas para a geração de renda e empregabilidade.

Ao expandir seu escopo e se conectar com outras políticas públicas, o Programa Acredita no Primeiro Passo pode consolidar-se como uma estratégia de transformação social e econômica, proporcionando autonomia financeira para milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade.

5.3 O papel da sociedade e do setor privado: como todos podem contribuir para o sucesso da iniciativa

O sucesso do Acredita no Primeiro Passo não depende apenas da ação governamental. A sociedade e o setor privado desempenham papéis fundamentais na ampliação do impacto do programa, seja por meio do apoio direto a empreendedores em situação de vulnerabilidade, da criação de oportunidades de negócios inclusivos ou da disseminação de boas práticas no mercado.

A sociedade civil pode contribuir de diversas formas, como por meio do engajamento de organizações comunitárias, cooperativas e redes de apoio ao empreendedorismo. Iniciativas para capacitação de microempreendedores, mentorias e compartilhamento de conhecimento são ferramentas valiosas para garantir que os beneficiários do programa tenham suporte contínuo e consigam de fato estruturar negócios sustentáveis.

O setor privado também tem um papel estratégico ao promover parcerias com o programa. Empresas podem facilitar o acesso a mercados para micro e pequenos empreendedores, incorporar práticas de compras inclusivas e investir em iniciativas de capacitação e inovação voltadas para negócios de impacto social. Além disso, instituições financeiras podem contribuir para aprimorar as condições de acesso ao crédito, desenvolvendo produtos financeiros mais adequados às necessidades do público atendido pelo programa.

Outro aspecto relevante é o incentivo a modelos de responsabilidade social corporativa e investimento de impacto, onde empresas destinam parte de seus recursos para apoiar empreendedores de baixa renda, financiar programas de formação profissional e fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para inclusão produtiva.

Portanto, a construção de um ecossistema sólido de apoio ao Acredita no Primeiro Passo exige que todos os setores da sociedade participem ativamente, criando sinergias que impulsionem a autonomia financeira dos beneficiários e fortaleçam o desenvolvimento econômico e social do país.

Referências

Ahmad N, Seymor R; Defining entrepreneurial activity: definitions supporting frameworks for data collection. OECD Statistics Working Paper, 2008.

Alfonsi L, Bandiera O, Bassi V, Burgess R, Rasul I, Sulaiman M, Vitali A (2020) Tackling youth unemployment: evidence from a labor market experiment in Uganda. *Econometrica* 88: 2369–2414.

Alik-Lagrange, Arthur; Buehren, Niklas; Goldstein, Markus; Hoogeveen, Johannes. Welfare impacts of public works in fragile and conflict affected economies: The Londö public works in the Central African Republic. *Labour Economics*, v. 81, 2023, p. 102293. ISSN 0927-5371.

Ali, Waris; Frynas, George; Mahmood, Zeeshan. Determinants of Corporate Social Responsibility (CSR) Disclosure in Developed and Developing Countries: A Literature Review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 24, 2017.

Atting, Najah; Boubakri, Narjess; El Ghoul, Sadok; Guedhami, Omrane. Firm internationalization and corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, v. 134, p. 171–197, 2016.

Banerjee A, Breza E, Duflo E, Kinnan C (2019) Can microfinance unlock a poverty trap for some entrepreneurs? Working paper 26346. National Bureau of Economic Research.

Benhassine N, McKenzie D, Pouliquen V, Santini M (2018) Does inducing informal firms to formalize make sense? Experimental evidence from Benin. *J Public Econ* 157:1–14

Bassi, V., Nansamba, A. (2022). Screening and signalling non-cognitive skills: experimental evidence from Uganda. *The Economic Journal*, 132(642), 471–511.

Bettoni L, Santos M, Oliveira Filho G (2023) The impact of microcredit on small firms in Brazil: A potential to promote investment, growth and inclusion. *Journal of Policy Modeling*, 592–608

Blattman C, Fiala N, Martinez S (2014) Generating skilled self-employment in developing countries: experimental evidence from Uganda. *Am Econ J Appl Econ* 129:697–752

Blattman C, Green EP, Jamison J, Lehmann MC, Annan J (2016) The returns to microenterprise support among the ultrapoor: a field experiment in postwar Uganda. *Am Econ J Appl Econ* 8: 35–64

Brooks W, Donovan K, Johnson TR (2018) Mentors or teachers? Microenterprise training in Kenya. *Am Econ J Appl Econ* 10:196–221

Bruhn, M., De Souza Leao, L., Legovini, A., Marchetti, R. C., & Zia, B. H. (2014). *The impact of high school financial education: Large-scale experimental evidence from Brazil* (No. 88388, pp. 2–1). The World Bank.

Bruhn, M., de Souza Leão, L., Legovini, A., Marchetti, R., & Zia, B. (2016). The impact of high school financial education: Evidence from a large-scale evaluation in Brazil. *American Economic Journal: Applied Economics*, 8(4), 256–295.

Bifulco, Giuseppe Maria; Savio, Riccardo; Paolone, Francesco; Tiscini, Riccardo. The CSR committee as moderator for the ESG score and market value. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 30, n. 6, p. 3231–3241, nov. 2023.

Campos F, Frese M, Goldstein M, Iacovone L, Johnson HC, McKenzie D, Mensmann M (2017) Teaching personal initiative beats traditional training in boosting small business in West Africa. *Science* 357:1287–1290

Campos F, Goldstein M, Mckenzie D (2018) How should the government bring small firms into the formal system? Experimental evidence from Malawi, Policy Research working paper 8601. World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-8601>

Carranza E, Garlick R, Orkin K, Rankin N (2020) Job search and hiring with two-sided limited information about workseekers' skills, Working paper. Duke University.

Candio, Paolo. The effect of ESG and CSR attitude on financial performance in Europe: a quantitative re-examination. *Journal of Environmental Management*, v. 354, p. 120390, 2024.

Card, David; Klüve, Jochen; Weber, Andrea. What works? A meta-analysis of recent active labor market program evaluations. *Journal of the European Economic Association*, v. 16, n. 3, p. 894–931, jun. 2018.

Chapple, Wendy; Moon, Jeremy. Corporate social responsibility (CSR) in Asia: a seven-country study of CSR web site reporting. *Business & Society*, v. 44, n. 4, p. 415–441, 2005.

Crace, Logan; Gehman, Joel. What really explains ESG performance? Disentangling the asymmetrical drivers of the triple bottom line. *Organization & Environment*, v. 36, n. 1, p. 150–178, mar. 2023.

Dalton PS, Rüschepöhler J, Uras B, Zia B (2021) Curating local knowledge: experimental evidence from small retailers in Indonesia. *J Eur Econ Assoc*, forthcoming

Da Mata, D., Oliveira, Silva, D., 2023, Who Benefits from Job Training Programs? Evidence from a High-Dosage Program in Brazil. Texto para Discussão, Fundação Getulio Vargas.

de Andrade GH, Bruhn M, McKenzie D (2013) A helping hand or the long arm of the law? Experimental evidence on what governments can do to formalize firms. *World Bank Econ Rev* 30:1–40

de Mel S, McKenzie D, Woodruff C (2008) Returns to capital in microenterprises: evidence from a field experiment. *Q J Econ* 123:1329–1372

de Mel S, McKenzie D, Woodruff C (2012) One-time transfers of cash or capital have long-lasting effects on microenterprises in Sri Lanka. *Science* 335:962–966

de Mel S, McKenzie D, Woodruff C (2013) The demand for, and consequences of, formalization among informal firms in Sri Lanka. *Am Econ J Appl Econ* 5:122–150

de Mel S, McKenzie D, Woodruff C (2014) Business training and female enterprise start-up, growth, and dynamics: experimental evidence from Sri Lanka. *J Dev Econ* 106:199–210

de Soto H (1989) *The other path: the invisible revolution in the third world*. Harper & Row, New York.

de Soto H (2000) *The mystery of capital: why capitalism triumphs in the west and fails everywhere else*. Basic Civitas Books, New York

Dencker, J. C., Bacq, S., Gruber, M., & Haas, M. (2021). Reconceptualizing necessity entrepreneurship: A contextualized framework of entrepreneurial processes under the condition of basic needs. *Academy of Management Review*, 46(1), 60–79.

Drempetic, Samuel; Klein, Christian; Zwergel, Bernhard. The influence of firm size on the ESG score: corporate sustainability ratings under review. *Journal of Business Ethics*, v. 167, p. 333–360, 2020.

Fafchamps M, McKenzie D, Quinn S, Woodruff C (2014) Microenterprise growth and the flypaper effect: evidence from a randomized experiment in Ghana. *J Dev Econ* 106:211–226

Fajnzylber P, Maloney WF, Montes-Rojas GV (2009) Releasing constraints to growth or pushing on a string? Policies and performance of Mexican micro-firms. *J Dev Stud* 45:1027–1047

Fiala N (2018) Returns to microcredit, cash grants and training for male and female micro- entrepreneurs in Uganda. *World Dev* 105:189–200

Field E, Jayachandran S, Pande R, Rigol N (2016) Friendship at work: can peer effects catalyze female entrepreneurship? *Am Econ J Econ Pol* 8:125–153

Franklin, Simon; Imbert, Clément; Abebe, Girum; Mejia-Mantilla, Carolina. Urban public works in spatial equilibrium: experimental evidence from Ethiopia. *American Economic Review*, v. 114, n. 5, p. 1382–1414, maio 2024.

Grimm M, Knorringa P, Lay J (2012) Constrained gazelles: high potentials in West Africa's informal economy. *World Dev* 40:1352–1368

Gomez-Mejia, Luis; Cruz, Cristina; Berrone, Pascual; Castro, Julio. The bind that ties: socioemotional wealth preservation in family firms. *The Academy of Management Annals*, v. 5, p. 653–707, jun. 2011.

Gupta, Abhinav; Nadkarni, Sucheta; Mariam, Misha. Dispositional sources of managerial discretion: CEO ideology, CEO personality, and firm strategies. *Administrative Science Quarterly*, v. 64, n. 4, p. 855–893, 2019.

Guven, M.; Leite, P. Benefits and Costs of Social Pensions in Sub-Saharan Africa. Washington, DC: World Bank, 2016.

Haushofer J, Shapiro J (2016) The short-term impact of unconditional cash transfers to the poor: experimental evidence from Kenya. *Q J Econ* 131:1973–2042

Hussam R, Rigol N, Roth B (forthcoming) targeting high ability entrepreneurs using community information: mechanism design in the field. *Am Econ Rev*

Kelley E, Lane G, and Schönholzer D (2019) The impact of monitoring technologies on contracts and employee behavior: experimental evidence from Kenya's matatu industry. *Job Market Paper*

Klinger B, Schündeln M (2011) Can entrepreneurial activity be taught? Quasi-experimental evidence from Central America. *World Dev* 39:1592–1610

Kumar, A (2005). Access to financial services in Brazil. World Bank Publications. The World Bank Group, number 13821.

Khaled, Raneem; Ali, Heba; Mohamed, Ehab K. A. The Sustainable Development Goals and corporate sustainability performance: mapping, extent and determinants. *Journal of Cleaner Production*, v. 311, p. 127599, 2021.

KPMG. Big shifts, small steps: Survey of Sustainability Reporting 2022.

LUPO S.A. Relatório Anual 2023. Araraquara: Grupo Lupo S.A, 2023.

Lafortune J, Riutort J, Tessada J (2018) Role models or individual consulting: the impact of personalizing micro-entrepreneurship training. *Am Econ J Appl Econ* 10:222–245

Martiny, Alice; Tagliatela, Jonathan; Testa, Francesco; Iraldo, Fabio. Determinants of environmental social and governance (ESG) performance: a systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, v. 456, p. 142213, 2024. ISSN 0959-6526.

MINISTERIO DE CAPITAL HUMANO TRABAJO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL. Programa de Recuperación y Sostenimiento Productivo (REPRO): Herramienta para sostener el empleo en sectores con dificultades económicas. argentina.gov.

MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCIÓN DEL EMPLEO. Programa Nacional de Empleo “Jóvenes Productivos”. Entidad adscrita.

Mano Y, Iddrisu A, Yoshino Y, Sonobe T (2012) How can micro and small enterprises in sub-Saharan Africa become more productive? The impacts of experimental basic managerial training. *World Dev* 40:458–468

McKenzie D (2017) Identifying and spurring high-growth entrepreneurship: experimental evidence from a business plan competition. *Am Econ Rev* 107:2278–2307

McKenzie D, Puerto OS (2021) Growing markets through business training for female entrepreneurs: a market-level randomized experiment in Kenya. *Am Econ J Appl Econ* 13:297–332.

Orlitzky, Marc; Louche, Céline; Gond, Jean-Pascal; *et al.* Unpacking the drivers of corporate social performance: a multilevel, multistakeholder, and multimethod analysis. *Journal of Business Ethics*, v. 144, p. 21–40, 2015.

Ortas, Eduardo; Moneva, José M.; Salvador, Manuel. Does socially responsible investment equity indexes in emerging markets pay off? Evidence from Brazil. *Emerging Markets Review*, v. 13, n. 4, p. 581–597, 2012.

Pizzinelli C, Panton A J, Tavares M, *et al.* Labor market exposure to AI: cross-country differences and distributional implications. IMF Working Papers, 2023.

Puerto, Susana; Stöterau, Jonathan; Weber, Michael; Curcio, Chiara. Active labour market programs improve employment and earnings of young people. World Bank and the International Labour Organization (ILO), maio 2024.

Santis, Paula; Albuquerque, Andrei; Lizarelli, Fabiane. Do sustainable companies have a better financial performance? A study on Brazilian public companies. Journal of Cleaner Production, v. 133, p. 735–745, 2016.

SERVICIO NACIONAL DE CAPACITACIÓN Y EMPLEO. Subsidio al empleo joven (SEJ). Governo do Chile.

Singh, Shubham; Mittal, Shashank. Analysis of drivers of CSR practices' implementation among family firms in India: a stakeholder's perspective. International Journal of Organizational Analysis, 2018.

Skoufias E, Leite P, Narita R (2013) Expanding Microfinance in Brazil: Credit Utilisation and Performance of Small Firms. The Journal of Development Studies 1256–1269.

Wang, Heli; Tong, Li; Takeuchi, Riki; George, Gerard. Corporate social responsibility: an overview and new research directions. The Academy of Management Journal, v. 59, p. 534–544, abr. 2016.

Wernicke, Georg; Sajko, Miha; Boone, Christophe. How much influence do CEOs have on company actions and outcomes? The example of corporate social responsibility. Academy of Management Discoveries, v. 8, p. 36–55, mar. 2022.

WORLD BANK. The state of social safety nets 2018. Washington, DC: World Bank Group, 2018.

Ulyseia G (2018) Firms, informality, and development: theory and evidence from Brazil. Am Econ Rev 108:2015–2047.



**Acesse a
versão online**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO